

# EXTRA

## CLASSE-ORG-BR

ANO 25 | Nº 248 | OUTUBRO DE 2020

### ENTREVISTA

Jones Manoel,  
o historiador que  
influenciou Caetano Veloso

### EDUCAÇÃO

As maiores universidades  
privadas do país buscam  
saídas para sobreviver

Foto: J. R. Ripper



# Quem explora o trabalho escravo no Rio Grande do Sul

A condenação de um produtor de batatas pela justiça gaúcha revela pistas  
sobre a exploração desumana de trabalhadores pelo agronegócio

## EDITORIAL

### 04 ENTREVISTA

Jones Manoel: a luta de classes e a reinvenção da esquerda

### 08 EDUCAÇÃO

As gigantes do ensino superior privado buscam saídas para sobreviver

### 11 WEISSHEIMER

Violência contra indígenas, crise ambiental e o Acordo Mercosul-UE

### 12 MOVIMENTO

Marco legal do saneamento abre caminho para a privatização da água

### 14 ESPECIAL

Rio Grande do Sul integra rede de exploração do trabalho escravo

### 18 ENSINO PRIVADO

Prêmio Educação, do Sinpro/RS, terá edição especial neste ano

### 22 INTERVALO

Curso de música virtual e gratuito ajuda a enfrentar o isolamento

### 23 ROLIM

Saúde e pseudo alimento

### 24 ARTE +

A 66ª Feira do Livro de Porto Alegre caberá toda num link

## Gaúchos na exploração do trabalho escravo

Em uma manhã gelada de julho de 2011, uma força-tarefa da Secretaria de Inspeção do Trabalho, órgão do Ministério da Economia, que fiscaliza a exploração do trabalho escravo no país, chegou de surpresa ao galpão que abrigava trabalhadores explorados no cultivo de batatas em São Roque, no município de Ibiraiaras, Nordeste do RS. Fazia 5 graus centígrados. Encontraram jovens e adultos enrolados em trapos, calçando chinelos e vestindo bermudas, famintos, no alojamento desprovido de recursos e de higiene. Estavam ali desde abril, trabalhando a troco de uma escassa ração diária, endividados e com os documentos retidos. Tinham vindo de Pedreiras, no Maranhão, onde é verão o ano inteiro, trazidos pelo "gato" que arregimenta mão de obra para o agronegócio, do Oiapoque ao Chuí.

A propriedade onde aconteceu o flagrante pertence ao empresário Marconi Christianetti, presidente de um consórcio de agricultores da região. Ele foi condenado pela Justiça de Passo Fundo a três anos de reclusão e pagamento de multa, penas mantidas em segundo grau pelo TRF4. Christianetti, no entanto, não passou nem um dia na cadeia. Teve comutada a pena corporal por serviços comunitários. Ele foi defendido pelo advogado Adão Paiani, ex-ouvidor agrário do governo de Yeda Crusius (PSDB).

Como mostra a reportagem de capa desta edição, o episódio é uma peça-chave sobre as conexões do estado com uma rede de exploração do trabalho escravo que está em plena atividade no país, valendo-se dos mesmos

"gatos" que arregimentam mão de obra em outros estados. Só nos primeiros três meses deste ano, a Secretaria de Inspeção do Trabalho fez 45 dessas ações fiscais e resgatou 231 trabalhadores – totalizando mais de 55 mil escravizados, que receberam cerca de R\$ 108 milhões a título de verbas salariais e rescisórias durante as operações.

Na entrevista do mês, a verve do *youtuber* e historiador Jones Manoel, militante do histórico PCB, que aborda temas áridos para a internet

como socialismo, liberalismo, imperialismo e outros. Ele afirma que o PT abandonou por anos a luta de classes, mas a burguesia não, e sustenta que a esquerda no país precisa se reinventar. "As classes trabalhadoras, de forma confusa e despolitizada, cobram radicalidade, perderam a fé no sistema. E, no geral, temos uma esquerda liberal, domesticada".

Também são destaque os desdobramentos da aprovação do marco legal do saneamento, que abre caminho para a privatização

da água no país, e o movimento dos principais *players* da educação privada que vêm amargando sucessivos prejuízos e buscam alternativas para se manter no topo do mercado. Na cultura, a 66ª Feira do Livro de Porto Alegre, que neste ano de isolamento social inaugura um formato inusitado, totalmente virtual. O Prêmio Educação, promovido pelo Sinpro/RS, também terá uma edição especial devido à pandemia. Confira ainda as matérias do ensino privado no estado e os colunistas e chargistas do *Extra Classe*.



**EXTRA**  
CLASSE-ORG-BR

REDAÇÃO: [extraclasse@sinprors.org.br](mailto:extraclasse@sinprors.org.br)

Editora-chefe: Valéria Ochôa

Editores Executivos: Gilson Camargo e Valéria Ochôa

Editor de fotografia: Igor Sperotto

Redação: César Fraga, Edimar Blazina, Gilson Camargo e Valéria Ochôa

Colaboradores: Cátia Cylene, Cristina Àvila, Flávio Ilha e José Luís Ferraro

Colunistas: Luis Fernando Verissimo, José Fraga, Marco Aurélio Weissheimer e Marcos Rolim

Diagramação e Arte: Fabio Edy Alves/Bold Comunicação

Projeto Gráfico: Bold Comunicação e D3 Comunicação

Ilustração: Rafael Sica e Ricardo Machado

Charge/Cartum: Edgar Vasques, Rafael Corrêa e Santiago

Revisão: Lígia Halmenschlager

Comercialização: 51. 4009.2981 e 51. 99702.7283  
[extraclasse@sinprors.org.br](mailto:extraclasse@sinprors.org.br)

Impressão: Zero Hora

Tiragem desta edição: 25 mil exemplares

Telefones da Redação: 51. 4009.2980/2982/2983/2985

\* O conteúdo dos artigos de opinião e matérias assinadas são de exclusiva responsabilidade de seus autores.

Publicação mensal do Sindicato dos Professores do Rio Grande do Sul – Sinpro/RS, filiado à CUT e Contee

Av. João Pessoa, 919 | CEP 90.040-000 | Porto Alegre | RS | Fone 51. 4009.2900

[extraclasse.org.br](http://extraclasse.org.br) [fb.com/jornalextraclass](https://www.facebook.com/jornalextraclass) [instagram.com/jornalextraclass](https://www.instagram.com/jornalextraclass)

## Longevidade ameaçada

Até o ano 2050, o número de pessoas com mais de 60 anos de idade em todo o mundo e nas Américas deve dobrar. Em 2025, 18,6% da população total da região terá 60 anos ou mais. A América Latina e o Caribe são a segunda região de mais rápido crescimento da população acima dessa faixa etária. No entanto, o aumento da expectativa de vida não se traduz em qualidade de vida. No Brasil, 76% das mortes por Covid-19 de fevereiro a setembro ocorreram entre adultos com 60 anos ou mais.

## Envelhecimento saudável

O ano de 2020 marca o início da *Década do Envelhecimento Saudável*, que destaca a necessidade de governos, sociedade civil, agências internacionais, mídia e outros trabalharem juntos para melhorar a vida das pessoas idosas, suas famílias e comunidades, além de combater o preconceito e o estigma. "Envelhecer com saúde é desenvolver e manter habilidades funcionais que possibilitem o bem-estar no envelhecimento", alerta Enrique Vega, da Organização Pan-Americana da Saúde (Opas).



## Os mais atingidos pela pandemia nas Américas

Os sistemas de saúde nas Américas não estão respondendo adequadamente às necessidades das pessoas idosas e devem ser adaptados à luz da pandemia de Covid-19, de acordo com um levantamento feito por especialistas da Opas. Para o *Dia Internacional do Idoso*, celebrado em 1º de outubro, o organismo internacional pediu atenção integral, integrada e centrada nas pessoas e serviços de atenção primária à saúde que atendam necessidades dos idosos.

Enquanto todos correm o risco de contrair a Covid-19, os idosos têm muito mais probabilidade de desenvolver a forma grave da doença; pessoas com mais de 80 anos têm uma probabilidade cinco vezes maior de morrer pela infecção. Um relatório das Nações Unidas sugere que isso pode acontecer devido a condições pré-existentes, que afetam 66% das pessoas com 70 anos ou mais. No continente latino-americano, a maioria das vítimas fatais da pandemia são pessoas com 70 anos ou mais e a faixa etária dos 60 aos 69 anos é a segunda mais atingida pela letalidade da doença.

Embora as pessoas idosas que recebem cuidados de longo prazo tenham sido as mais atingidas em todo o mundo, nas Américas, onde o atendimento à terceira idade ocorre mais em casa, o distanciamento físico é um desafio particular. "A pandemia de Covid-19 realmente enfatizou as necessidades e vulnerabilidades que pessoas idosas têm em relação ao seu direito à saúde", ressalta Carissa Etienne, diretora da Opas/OMS. "Muitas vezes não ouvimos suas vozes e perspectivas quando se trata de seus próprios cuidados. Pessoas idosas têm o mesmo direito de cuidado que qualquer outra pessoa. Nenhuma vida é mais valiosa que outra", lembra.

Mesmo antes da pandemia, até 50% das populações com idade mais avançada em alguns países de baixa e média rendas não tinham acesso a alguns serviços essenciais de saúde – um problema que a Covid-19 apenas exacerbou. Mas não basta garantir que as pessoas idosas tenham acesso aos serviços essenciais de saúde, observa Enrique Vega, chefe da Unidade de Curso de Vida Saudável da Opas. Os serviços também devem ser adaptados às necessidades específicas dessas pessoas. "Como cada pessoa idosa pode ser afetada pela Covid-19 ou qualquer outra doença,

depende de sua saúde física e mental geral. Portanto, os cuidados e o tratamento devem sempre levar isso em consideração", acrescenta.



Celebração do "Dia dos Mortos" no cemitério da mítica cidadezinha de Tzintzuntzan, a capital do Império Purepécha, também conhecido como Pueblo Mágico, a 350 quilômetros da Cidade do México

# A luta de classes e a reinvenção da esquerda



por Flávio Ilha

O youtuber e historiador Jones Manoel já era famoso e reunia milhares de seguidores quando Caetano Veloso inventou de citá-lo numa entrevista em um programa televisivo de grande audiência como seu mais novo xodó no campo da política. Foi o que bastou para que seus canais no *Youtube*, onde posta vídeos semanalmente sobre marxismo, e *Revolushow*, de podcasts, superassem os milhões de acessos – coisa impensável para um militante do histórico Partido Comunista Brasileiro (PCB), o *Partidão*, que aborda temas áridos para a internet, como socialismo, liberalismo, imperialismo e outros *ismos*. Filho da favela da Borborema, no Recife (PE), e cria das cotas raciais dos governos do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, Jones Manoel da Silva, 30 anos, é historiador pela Universidade Federal de Pernambuco e mestre, pela mesma instituição, em Serviço Social. Já vendeu jornais em esquinas, atuou como educador popular, militou no movimento estudantil a partir dos anos 2010 e hoje é responsável por um debate político que tenta recolocar a esquerda em nova perspectiva a partir da crescente reação de setores conservadores aos pequenos avanços sociais dos últimos anos. Nesta entrevista ao *Extra Classe*, Jones nos fala do que considera os erros dos governos populares de Lula e Dilma, da crença de que só a revolução é capaz de mudar radicalmente o país, da ingenuidade da oposição ao presidente Jair Bolsonaro e dos desafios não cumpridos pelo sindicalismo brasileiro. “O que a esquerda brasileira precisa, inclusive para voltar a ter força eleitoral, é um renovado trabalho de base, focado na ação junto às necessidades concretas e diárias da população”, avalia. Confira os principais trechos:

**Extra Classe – Sua militância marxista já tem uma década, mas só a partir do episódio envolvendo uma celebridade como Caetano Veloso que sua atuação ganhou uma visibilidade fora dos canais da esquerda. Qual importância você atribui ao episódio para a causa da educação política da sociedade brasileira?**

**Jones Manoel** – Veja, eu não acho que apenas a partir do episódio com Caetano minha atuação política tenha ganhado visibilidade para além da esquerda. Eu participo, por exemplo, de um *podcast* chamado *Revolushow* que tem mais de 2 milhões de *downloads* por ano. E, em 2019, nos lançamentos do meu livro (junto com Gabriel Landi) *Revolução africana (Autonomia Literária, 2019)* viajei para mais de 30 cidades do país. Só por esses dois exemplos é possível afirmar que já estávamos alcançando um público para além da esquerda. Agora, é claro, dado o peso do Caetano na cultura brasileira e de sua fama, inclusive mundial, a fala dele me projetou para outro patamar de visibilidade pública. Isso é notório. Ajudou e muito na projeção do trabalho. E a importância do episódio é que pela primeira vez em anos o liberalismo brasileiro teve que prestar contas de sua história de sangue, racismo, escravidão, colonialismo, golpes de Estado, ditaduras e simpatias por regimes fascistas e de *apartheid*.

**EC – Por que o/a brasileiro/a médio/a tem tanta aversão à participação política? Atribui isso de alguma forma à herança da ditadura militar?**

**Jones** – A participação política faz sentido quando ela oferece resultados concretos. Note, o senso comum de que “político é tudo igual”, embora errado, faz sentido. Desde o fim da ditadura empresarial-militar, tivemos governos do PT, PSDB, PMDB e afins, mas o problema do analfabetismo, da moradia, do transporte, segurança, cultura, lazer e tantos outros nunca foram resolvidos. Entra eleição e sai eleição, embora com algumas melhoras, todas as questões da vida do povo trabalhador – o que se chama de expressões da questão social – continuam lá, e agravadas. Aliado a isso, não podemos deixar de con-

siderar que vivemos num país extremamente violento. Quem milita, participa da política, morre no Brasil – desde lideranças indígenas, camponesas e quilombolas até políticos como Marielle Franco. Eu mesmo sofro recorrentes ameaças nas minhas redes sociais. Então, você tem um misto fundamental de três coisas: a) um sistema político antidemocrático, hermético às demandas populares; b) um processo despoliticante, constantemente estimulado, principalmente, pelos monopólios de mídia; c) uma violência política e um terrorismo estatal intensos, que visam impedir a organização e a ação política dos de baixo.

**EC – Muito antes das ações de criminalização da política pela Lava Jato, uma parcela expressiva da população já demonstrava rejeição a teses centrais dos governos de centro-esquerda, como a distribuição de renda, cotas raciais, democracia participativa etc. A que atribui essa rejeição?**

**Jones** – Interesses materiais concretos. Faz sentido prático para as classes médias, por exemplo, ser contra as cotas. Por décadas, o acesso ao ensino superior era um diferencial de classe e garantia, quase que com certeza, da reprodução da sua condição de classe média. Com o aumento do acesso universal ao ensino superior, você tem uma competição maior por melhores trabalhos e uma redução dos salários de administradores, contadores, advogados, economistas etc. Também pense que a redução da miséria e da pobreza absolutas no Brasil – e não a distribuição de renda – muda a competição por bens materiais e simbólicos. As reclamações sobre “aeroporto parecer rodoviária” mostram um incômodo de setores da classe média com uma mudança nos padrões de consumo e acesso a certos bens. A burguesia, quando decidiu se livrar do PT, soube muito bem atizar esses ódios, rancores e disputas por bens simbólicos e materiais. O PT, por anos, esqueceu a luta de classes. A burguesia nunca esqueceu.

**EC – Em função dessa resistência, acredita na tese de uma revolução brasileira?**

**Jones** – A revolução brasileira, o socialismo, é o único caminho para o Brasil. Note que, como já disse, nunca resolvemos nenhum dos problemas fundamentais do país, nem o analfabetismo foi superado. Já tivemos ciclos desenvolvimentista, neoliberal, militar-empresarial e muitos outros. E continuamos uma verdadeira tragédia para as maiorias populacionais. Mudar radicalmente a economia, a política, a cultura, as relações agrárias e tudo que precisa ser mudado a partir de uma política radical, buscando construir o poder popular, é o único caminho para o Brasil. Lênin dizia que “fora do poder, tudo é ilusão”. Eu diria mais: fora do poder popular, tudo é ilusão.

**EC – Qual é o programa dessa revolução brasileira? Quais suas premissas fundamentais?**

**Jones** – Temos três pressupostos fundamentais como aparece no programa do PCB: a) a compreensão de que o Brasil já é um país plenamente capitalista e que os nossos problemas não são fruto de corrupção, ineficiência administrativa, má aplicação de recursos etc. – ainda que tudo isso seja um problema. O problema fundamental do país é o capitalismo dependente, que não garante vida digna para a classe trabalhadora, soberania nacional, proteção dos nossos recursos naturais. As tarefas fundamentais para mudar a vida do povo trabalhador, portanto, passam por construir um projeto revolucionário, socialista; b) se a burguesia brasileira não tem nada a oferecer, as nossas alianças políticas devem refletir a união dos explorados e oprimidos do campo e da cidade, conjugada com setores das camadas médias, intelectuais e pessoas da cultura. Não temos e nem queremos ter aliança com a burguesia, seus partidos e lideranças. Queremos construir uma frente anticapitalista e anti-imperialista, que seja a expressão de união da classe trabalhadora com vistas à conquista do poder; e c) construir o poder popular, embora passe também por eleições, não é um processo, em essência, institucional. Precisamos organizar os explorados e oprimidos para a conquista do poder, usando todos os meios necessários, como diria Malcolm

X. Já temos inúmeras provas de que a burguesia latino-americana e o imperialismo não aceitam o mais tímido projeto reformista, quem dirá uma alternativa revolucionária – lembre-se da experiência de Salvador Allende no Chile, por exemplo.

**EC – Existem inúmeras teorias da revolução na literatura da ciência política. Qual se ajusta melhor ao caso brasileiro, considerando nossa formação econômica, social e política?**

**Jones** – A melhor contribuição para pensar o Brasil e a revolução é a Teoria Marxista da Dependência (TMD), que tem seu pilar nas obras de Ruy Mauro Marini, Vânia Bambirra e Theotônio dos Santos. A TMD é o programa de pesquisa, e ao mesmo tempo projeto teórico-político, mais promissor do Brasil. E não apenas nos clássicos citados, mas em toda uma nova geração de pensadores/as e militantes que vem aprofundando a compreensão que temos do Brasil, América Latina e do mundo. Posso citar, por exemplo, os nomes de Rodrigo Castelo, Fernando Correa Prado, Marina Machado Gouvêa, Adriano Nascimento e muitos outros.

**EC – Você já disse em uma entrevista recente que o presidente Jair Bolsonaro tem a pior oposição que já se fez na história deste país. Na sua opinião, quais erros a oposição mais tem cometido?**

**Jones** – Considero três erros fundamentais. Em primeiro lugar, é uma oposição que apela para a moderação e para o compromisso numa época de radicalização. As classes trabalhadoras, de forma confusa e não muito politizada, cobram radicalidade, perderam a fé no sistema. E, no geral, temos uma esquerda liberal, domesticada. O segundo ponto é não abordar com centralidade os problemas materiais da nossa classe trabalhadora, como desemprego, fome, aumento da pobreza e miséria, encarecimento do custo de vida etc. Por último, temos uma esquerda que pensa a política apenas na dimensão eleitoral, não tem preocupação com trabalho de base, com comunicação militante, formação política, disputa de consciência. Pensa a eleição como um fim em

si mesmo. Não disputa consciência política, mas apenas voto.

**EC – Há possibilidade de uma composição com setores de centro capaz de derrotar o projeto fascista em 2022?**

**Jones** – Acho que não devemos pautar a política pelo calendário eleitoral, sem desprezar, é claro, a importância do momento eleitoral. O que a esquerda brasileira precisa, inclusive para voltar a ter força eleitoral, é um renovado trabalho de base, focado na ação junto às necessidades concretas e diárias da população; uma dedicação gigantesca à comunicação militante, à formação política, ao trabalho político-cultural, em suma, fazer a disputa pela hegemonia e radicalizar suas propostas, palavras de ordem, programa político, forma de fazer política. Não é questão de marketing eleitoral melhor ou uma aliança eleitoral mais ampla com tempo de TV maior, mas renovar totalmente o que se entende por esquerda nesse país. Renovação num sentido radical, popular, socialista, anti-imperialista.

**EC – Qual importância você atribui a questões como racismo, feminismo e orientação sexual para o debate político da esquerda?**

**Jones** – Não existe capitalismo sem opressões. Como bem lembra o filósofo Domenico Losurdo, o liberalismo, expressão ideológica por excelência da burguesia, defendeu por décadas a escravidão e por mais tempo ainda o colonialis-

mo e a negação de direitos civis e políticos das mulheres. A exploração no chão da fábrica e da empresa sempre usou, e nunca deixará de usar, no capitalismo, as formas de opressão racial, de gênero e sexualidade como forma de dividir a classe trabalhadora e potencializar a exploração e a dominação política. Logo, as lutas contra as opressões não são “lutas identitárias”, como erroneamente muitos colocam. Lutar contra as opressões deve ser lutar contra o capitalismo e a exploração. O xis da questão é que existem muitas visões ideológicas liberais de “combate” às opressões, essas sim com prisma identitário. Precisamos criticar e combater o liberalismo dentro dos movimentos e em espaços de luta contra as opressões, mas nunca afirmar que essas lutas são secundárias. Não são. Como diria Malcolm X, “não existe capitalismo sem racismo”. O raciocínio do Doutor X serve para todas as opressões.

**EC – Qual o futuro do sindicalismo num contexto de desregulamentação das relações de trabalho e com a uberização crescente?**

**Jones** – Infelizmente, hoje, o sindicalismo não consegue mais cumprir sua tarefa histórica. E que tarefa é essa? O sindicalismo tem três metas principais: a) realizar uma guerra de guerrilha permanente contra o capital em defesa dos salários, condições de trabalho e direitos da classe; b) ser um espaço de formação política e politização dos trabalhadores; c) ser um espaço

de socialização, divertimento, solidariedade, identificação de classe. No geral, o sindicalismo falhou nessas tarefas. Durante o período petista, quando o nível de emprego estava alto, em vez dos sindicatos irem para cima, cobrar aumento de direitos e redução da jornada de trabalho, houve uma certa domesticação. O ex-presidente Lula, em uma entrevista à *Folha de S. Paulo* antes de ser preso, se orgulhou de que no seu governo as ocupações de terra e greves baixaram a nível histórico. Para ele, isso seria uma prova da “paz social” do seu governo. Aliado a isso, problemas históricos da luta sindical brasileira não foram enfrentados nesses anos de domínio do “novo sindicalismo”: a burocratização das entidades e sua existência apenas cartorial, o histórico baixo nível de sindicalização dos trabalhadores brasileiros, a dificuldade de organizar desempregados e trabalhadores autônomos, a baixa tradição de usar o sindicato como um espaço de formação política e teórica etc. Nesse sentido, o sindicalismo brasileiro precisa se reinventar. Precisa aprender com a experiência dos argentinos na organização dos autônomos e desempregados, com a experiência dos gregos na organização dos pequenos lojistas e comerciantes, com a

experiência do México e da Bolívia na organização dos camponeses e assalariados agrícolas. Em suma, pegar as experiências já existentes, sem cópia, sem soluções fáceis, para pensar os nossos problemas graves e urgentes nesse campo.

**EC – Você tem sido bastante atacado, tanto à direita quanto à esquerda? Já foi chamado de “stalinista”, por um lado, e de “treteiro” pelo outro. Como se posiciona sobre esses rótulos?**

**Jones** – Como diz uma grande pensadora brasileira: “desejo a todas as inimigas vida longa/para que elas vejam a cada dia mais a nossa vitória”. Isso não passa de formas de desqualificação, muito pautadas pelo racismo e por elitismo, para evitar o debate teórico e político. Não me importo com isso. Estranho seria se fosse o contrário. Comunistas, na história, sempre foram perseguidos. Ser xingado por liberal na internet é quase nada comparado com o que militantes históricos do PCB já passaram. Fora isso, durmo tranquilo sabendo que esses ataques são prova da incapacidade de um debate teórico comigo. E, claro, citando outra grande pensadora, “para mim é uma honra vocês não gostarem de mim”. Odiaria se esse tipo de gente me tivesse em alta conta.

**“As classes trabalhadoras, de forma confusa e despolitizada, cobram radicalidade, perderam a fé no sistema. E, no geral, temos uma esquerda liberal, domesticada”**



VOCÊ SE DEDICA PARA ENSINÁ-LOS  
E NÓS PARA GARANTIR OS SEUS  
DIREITOS

Assessoria Jurídica  
para Professores  
especializada nas áreas:

**TRABALHISTA  
PREVIDENCIÁRIA**

Agende seu atendimento:  
☎ (51) 98060.3579

**CAINELLI**  
ADVOGADOS  
OAB/RS 2.365

## Corte de verba e falta de regulamentação ameaçam Fundeb

Os ministérios da Economia e da Casa Civil anunciaram o desejo de cortar cerca de R\$ 1,6 bilhão do Ministério da Educação para 2021. O corte é uma das heranças do ex-ministro da Educação, Abraham Weintraub, que não apresentou propostas nem sequer projetos para a área que chefiava até sua demissão. A confirmação vem do seu sucessor, o atual ministro da pasta, Milton Ribeiro. Ele próprio disse à *TV Globo* que Weintraub não executou o orçamento, ou seja, não utilizou os recursos financeiros destinados ao ministério para a realização de projetos ou atividades. Sendo assim, será muito difícil manter o dinheiro na Educação. Ribeiro citou como exemplo de má gestão a ex-titular da Secretaria de Educação Básica (SEB), Ilona Becskehazy, exonerada no último mês de agosto, após ter ficado apenas quatro meses no cargo. Segundo ele, somente a SEB deixou de executar mais de R\$ 900 milhões do seu orçamento.



Foto: Agência Brasil/Arquivo

### ECONOMIA

#### Trabalho remoto é privilégio de brancos com ensino superior e casa própria

Pesquisa do Dieese mostra que mulheres são maioria entre os 10% dos trabalhadores ocupados que estão em *home office* devido à pandemia.

### AMBIENTE

#### Prejuízo com desmatamento no estado passa de R\$ 16 milhões em um ano

Levantamento inédito do IGP quantifica o quanto o Rio Grande do Sul perdeu em serviços ecossistêmicos como manutenção do clima, controle da erosão e polinização devido ao desmatamento.

### EDUCAÇÃO

#### Carreata protesta contra fechamento de escola especializada na educação de surdos

A Escola Concórdia tem 54 anos e foi incorporada pela Ulbra no auge da universidade, em 1996. Na crise de 2009 começaram as ameaças de fechamento, que se concretizam com a Recuperação Judicial da Aelbra.



Foto: Igor Sperotto

#### Rede Metodista fecha escola no Rio e faz promessas em Porto Alegre

Durante o *Dia do Basta*, no último dia 22, enquanto professores da Rede Metodista de cinco estados protestaram por valorização e salários, gestores anunciaram fechamento no Rio e ampliação em Porto Alegre.

#### Paulo Freire é celebrado na América Latina e Caribe

O aniversário do educador inicia as comemorações do seu centenário, que ocorrerá em 2021, além de estabelecer uma agenda de contraponto à ofensiva ideológica contra seu legado.

**Não há limites para quem acredita no futuro.**

15 de outubro,  
Dia do Professor.

[www.sinprosrsprevidencia.com.br](http://www.sinprosrsprevidencia.com.br)

**SINPRO/RS**  
Sindicato Cidadão

**FUNDAÇÃO FAMÍLIA**  
PREVIDÊNCIA

# Ensino superior privado busca saídas para sobreviver



Campus da Fapa, uma das instituições controladas pela Laureate, que será incorporada pela Ser Educacional

por Flávio Ilha

*As maiores universidades privadas do país, pelo critério de capitalização, estão se reposicionando no mercado do ensino superior e lutando para se manterem com liquidez, num cenário de perdas milionárias devido à pandemia do novo coronavírus. Em meio à guerra ideológica contra o conhecimento e destruição das universidades públicas, o mercado educacional tenta impor sua hegemonia com instituições de capital privado e objetivos corporativos – e aposta numa expansão dos ensinos médio e fundamental*



**A** Cognia Educação, conglomerado com 2,4 milhões de estudantes, dos quais 844 mil no ensino superior, e que engloba a Kroton/Anhanguera, registrou prejuízo líquido de R\$ 451,9 milhões no segundo trimestre de 2020 contra um lucro de R\$ 139,8 milhões no mesmo período do ano passado. A holding é apresentada como o maior grupo educacional do mundo.

A Yduqs, por sua vez, com 750 mil estudantes e cuja principal marca é a Estácio, também teve prejuízo líquido no segundo trimestre deste ano: R\$ 79,5 milhões, contra um lucro de R\$ 194,8 milhões obtidos no mesmo período de 2019. No Brasil, três de cada dez universitários do ensino privado frequentam instituições mercantis, listadas em bolsas de valores.

Por trás dos números desastrosos, que atingem também os grupos Ser Educacional e Ânima, estão a alta evasão de alunos durante a pandemia e o aumento expressivo nos níveis de inadimplência, cenário agravado pela falta de uma sinalização clara do Ministério da Educação (MEC)

para o ensino a distância durante a pandemia.

O ministro Milton Ribeiro afirmou em setembro, em entrevista para o jornal *O Estado de São Paulo*, que cabe aos estados determinar o retorno das aulas presenciais, em todos os níveis de ensino. "Não temos esse tipo de interferência", disse em relação às atribuições do MEC.

Também criticou a proliferação de cursos superiores no país que, segundo ele, faz parte de uma política equivocada. "Muitas vezes o sonho brasileiro é ter um diploma, o pessoal mais simples, mais pobre. Não sou contra isso. As pessoas devem ter uma ambição sadia de ter um curso superior, o primeiro formado na família, tudo isso acompanho e sei que tem o seu valor, mas em termos de política nacional é equivocado. Não adianta ter o diploma e não ter a expertise, o conhecimento", declarou ao jornal.

Na contramão de seu antecessor, Abraham Weintraub, Ribeiro criticou ainda o corte de R\$ 1,5 bilhão no orçamento das universidades públicas e institutos fede-

rais para 2021 e pediu "reconsideração" por parte da equipe econômica do governo.

A opinião não foi bem recebida pelo "mercado", onde se abrigam os principais grupos educacionais do país que fizeram fortuna nos últimos anos justamente com a expansão dos cursos superiores para populações que até então não tinham acesso às universidades.

As declarações de Ribeiro se contrapõem à posição do MEC bolsonarista até então, que visa turbinar as chamadas "instituições mercantilistas" em detrimento das universidades federais, consideradas um antro de esquerdistas pelo governo. Weintraub já havia sinalizado, durante o 12º Congresso Brasileiro da Educação Superior Particular, em 2019 (a edição deste ano não foi realizada devido à pandemia), que o setor é prioridade para a ampliação do número de vagas. Ele defendeu a desregulamentação do ensino privado e novas formas de crédito estudantil.

**PANDEMIA** – O movimento, agravado pela pandemia, é de um esvaziamento paulatino



Milton Ribeiro, do MEC, desdenha ensino superior

das universidades federais e um crescente avanço da educação privada – não apenas no campo superior, mas em todos os níveis de ensino. O reposicionamento da Kroton, nesse sentido, é exemplar: consolidado em outubro do ano passado, fatiou o grupo em quatro segmentos sob o guarda-chuva Cognia e concentrou investimentos em prestação de serviços para o ensino básico por meio das marcas Saber e Vasta. O objetivo é dominar o fornecimento de material para o Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) – um mercado de 33 milhões de alunos comandado pelo MEC.

## A aposta do mercado na educação básica

Passada a euforia do Financiamento do Ensino Superior (Fies), que em 2014 garantiu 690,5 mil novos contratos para as redes privadas, de acordo com dados do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), num valor de transferência estimado em R\$ 12 bilhões, a hora é de, segundo os analistas de mercado, investir na educação básica. A ponto do segmento já representar cerca de 30% da receita do grupo Cognia, ante meros 12% há dois anos. "O setor da educação superior está sangrando, mas a educação básica é um oceano azul parecido com o que era o ensino superior há alguns anos", disse o corretor de valores Marcel Zambello.

A mudança na Estácio ocorreu um pouco antes, em julho de 2019. Também voltada para o desenvolvimento de novos negócios no segmento de serviços de gestão e de fornecimento de material didático, o grupo Yduqs teve receita líquida de R\$ 3,5 bilhões no ano passado

e concentra 15 diferentes "marcas" de ensino, entre elas Estácio e Ibmecc.

"Hoje a educação superior brasileira está praticamente dominada por esses dois grupos (Cognia e Yduqs), e desde pelo menos dois anos atrás que já observamos esse interesse também pelo mercado da educação básica. O processo de expansão, que deve tomar um rumo imprevisível a partir da pandemia, fez surgir diferentes empresas educacionais que oferecem um vasto cardápio de formação acelerada para as necessidades do mercado", avaliou a professora Fátima Silva, vice-presidente da Internacional de Educação para a América Latina (IEAL).

Para ela, a briga pela fatia do livro didático não é apenas mercantil. "O PNLD é o maior programa de distribuição gratuita de livro didático do mundo. E vai crescer ainda mais, pois a nova Base Nacional Comum Curricular prevê que essa distribuição seja anual,

e não mais a cada três anos. Isso abre a possibilidade de uma disputa curricular, de conteúdo, muito forte, inclusive com articulações envolvendo o próprio MEC", disse a dirigente, que alerta para outro aspecto: no Brasil, em função da dimensão continental do país, há um forte investimento na educação a distância.

"Como o objetivo dessas uni-

versidades é lucrar e distribuir dividendos para acionistas que garantem a capitalização, as novas tecnologias de comunicação são usadas para fazer uma formação aligeirada. Isso é uma realidade, principalmente nas licenciaturas. Quem, de fato, garante a pesquisa, garante a ciência, são as universidades públicas, é o investimento estatal", completa Fátima Silva.



São as universidades públicas que garantem a pesquisa, alerta Fátima, da IEAL

# Hegemonia do setor privado e guerra ao conhecimento

Valeska Fortes de Oliveira, educadora da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e integrante do Grupo de Estudos sobre Universidade (GEU), liga esse movimento de hegemonia das instituições privadas também à guerra ideológica travada pelo governo contra o conhecimento.

“O interesse em desqualificar as universidades públicas compõe as narrativas que o grupo no governo, e seus apoiadores, construíram para passar à sociedade a ideia de que se trata de espaços de formação ideológica, de pessoas de esquerda e, numa concepção de vida, com ideias e concepções libertárias”, ponderou a pesquisadora. O contraponto dessa tese seria uma universidade de capital privado, voltada às técnicas objetivas de ensino, alta-

mente tecnológica, moderna e do mundo corporativo.

O problema é que o contraponto não se encaixa no discurso de qualificação que o setor privado recebe no Brasil: de 2.066 faculdades, universidades e centros universitários com indicador de qualidade (IGC) divulgado em dezembro do ano passado pelo Inep, apenas 26 instituições privadas tiveram nota máxima (5). Nenhuma delas integra qualquer um dos grupos com ações listadas em Bolsa de Valores. Os indicadores federais de cursos e instituições são classificados em uma escala de 1 a 5.

**VORACIDADE** – Mesmo em plena crise, ou talvez por causa dela, a guerra pelo mercado se acirrou ainda mais no segundo semestre do ano. A Ser Educacio-

nal, grupo do bilionário paraibano José Janguê Bezerra Diniz, que detém marcas importantes nos mercados em ascensão do Norte e do Nordeste brasileiro, anunciou no dia 13 de setembro um compromisso com a Laureate, que em 2010 incorporou o Centro Universitário Ritter dos Reis, para formar o terceiro conglomerado de ensino superior privado do país.

Se o acordo for de fato confirmado, até meados de outubro, o grupo terá 454 mil alunos. Valor do negócio: R\$ 1,7 bilhão e mais um montante não estimado referente a 44% das ações da Ser Educacional que ficarão de posse do conglomerado norte-americano.

A Yduqs, que detém o grupo Estácio, já anunciou que fará uma proposta de aquisição à Laureate, que registrou receita líquida de

R\$ 2,2 bilhões no ano passado em 50 campi e mais de 500 polos de ensino a distância, especialmente em São Paulo. Para a controladora da Estácio, uma proposta pode significar a liderança do segmento privado de ensino superior com mais de um milhão de estudantes. O prazo para novas propostas se encerra no dia 13 de outubro.

O diretor do Sinpro/RS, Marcos Fuhr, vê com preocupação a disputa comercial pela hegemonia da educação superior no país. “Lamentamos que se consolide essa prática mercantil de ensino. A voracidade das aquisições nos leva a uma perspectiva de agravamento da flexibilização das garantias de trabalho e de uma desregulamentação cada vez maior do segmento, com a respectiva queda na qualidade do ensino”, avalia.



O bilionário paraibano Bezerra Diniz, ex-procurador do trabalho e dono da Ser Educacional: acordo para incorporar a Laureate



Para Marcos Fuhr, diretor do Sinpro/RS, voracidade das aquisições preocupa os professores e joga com a qualidade do ensino



Com esse distanciamento, a gente nunca esteve tão perto

**WWW.SINPRORS.ORG.BR**

DIREITOS SAÚDE SERVIÇOS NOTÍCIAS

**SINPRO/RS**  
Sindicato Cidadão



MARCO AURÉLIO WEISSHEIMER

# Violência contra povos indígenas, devastação ambiental e o Acordo Mercosul-UE

*O primeiro ano do governo Bolsonaro foi marcado, entre outras coisas, por um aumento expressivo de atos de violência e supressão de direitos cometidos contra povos indígenas por todo o país. Esse é o resumo do Relatório Violência Contra os Povos Indígenas do Brasil, publicado anualmente pelo Conselho Indigenista Missionário (Cimi), que foi divulgado no dia 30 de setembro, em Brasília. As violências cometidas incluem assassinatos de indígenas, expropriação de terras indígenas por meio da grilagem e da invasão pura e simples*

Foto: Ibama/Divulgação



Diante das crescentes agressões contra povos indígenas e da devastação ambiental na Amazônia e no Cerrado, aumenta também a mobilização de entidades internacionais para boicotar produtos brasileiros e tratados comerciais com o Brasil

O Relatório do Cimi aponta que, em 2019, houve o aumento de casos em 16 das 19 categorias de violência sistematizadas pela publicação. O documento destaca o aumento de registros na categoria “invasões possessórias, exploração ilegal de recursos e danos ao patrimônio” que, de 109 casos registrados em 2018, saltou para 256 casos no ano passado. “As terras indígenas estão sendo invadidas de modo ostensivo e pulverizado de Norte a Sul”, resume o relatório.

Em alguns casos, os próprios invasores mencionaram o nome do presidente Jair Bolsonaro, o que, na avaliação do Cimi, evidencia que “suas ações criminosas são incentivadas por aquele que deveria cumprir sua obrigação constitucional de proteger os territórios indígenas, patrimônio da União”.

O aumento de casos também quase dobrou, em comparação com 2018, em outras cinco categorias: “conflitos territoriais” (de 11 para 35 casos); “ameaça de morte” (de 8 para 33 casos); “amea-

ças várias” (de 14 para 34); lesões corporais dolosas” (de 5 para 13); e “mortes por desassistência” (que passou de 11, em 2018, para 31 casos, em 2019).

O Relatório *Violência Contra os Povos Indígenas* também aponta a conexão entre essas agressões e a destruição ambiental, assinalando que “a explosão de incêndios criminosos que devastaram a Amazônia e o Cerrado em 2019, com ampla repercussão internacional, deve ser inserida nessa perspectiva mais ampla

de esbulho dos territórios indígenas”. Muitas vezes, acrescenta, “as queimadas são parte essencial de um esquema criminoso de grilagem, em que a ‘limpeza’ de extensas áreas de mata é feita para possibilitar a implantação de empreendimentos agropecuários, por exemplo (...) os invasores desmatam, vendem as madeiras, tocam fogo na mata, iniciam as pastagens, cercam a área e, finalmente, com a área ‘limpa’, colocam gado e, posteriormente, plantam soja ou milho”.

## Catástrofe para a floresta tropical

Diante das crescentes agressões contra povos indígenas e da devastação ambiental na Amazônia e no Cerrado, aumenta também a mobilização de entidades internacionais para boicotar produtos brasileiros e tratados comerciais com o Brasil. Também no dia 30 de setembro, a organização Amigos da Terra Brasil lançou o relatório *Queimando a Amazônia: um crime corporativo global – um alerta para frear o Acordo de Livre Comércio Mercosul-União Europeia*, que defende a necessidade de barrar esse acordo.

Segundo o relatório, os incêndios na Amazônia são um alerta de que o Tratado de Livre Comércio entre a União Europeia e o Mercosul significa uma catástrofe para a floresta tropical e outros biomas brasileiros, seus povos e o clima.

O relatório destaca que “os incêndios são uma das várias fases do ciclo de destruição da Amazônia pelo agronegócio, que começa com a venda ilegal de madeira, as queimadas e a grilagem de terras e água para pecuária industrial e exportação de *commodities*, que

demandam a construção de estradas e portos que, por sua vez, são o caminho para a entrada do capital transnacional”. Esta verdadeira devastação dos biomas brasileiros, acrescenta o documento, é comandada por uma “rede articulada” de cumplicidade entre o governo Bolsonaro e as empresas transnacionais.

Para a Amigos da Terra Brasil, a proposta de acordo comercial entre o Mercosul e a União Europeia é um pilar da “arquitetura da impunidade que dá luz verde às empresas transnacionais para devastar

a Amazônia e seus povos e comunidades tradicionais. As florestas e outros biomas, assim como os direitos dos povos, não podem suportar mais agressões, afirma a federação ambientalista internacional que pede aos parlamentares europeus e do Mercosul para que não ratifiquem o acordo. O Tratado foi acordado pelas partes que o negociaram, mas para entrar em vigor precisa ser ratificado pelos parlamentos dos 31 países envolvidos, sendo quatro do Mercosul (Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai).

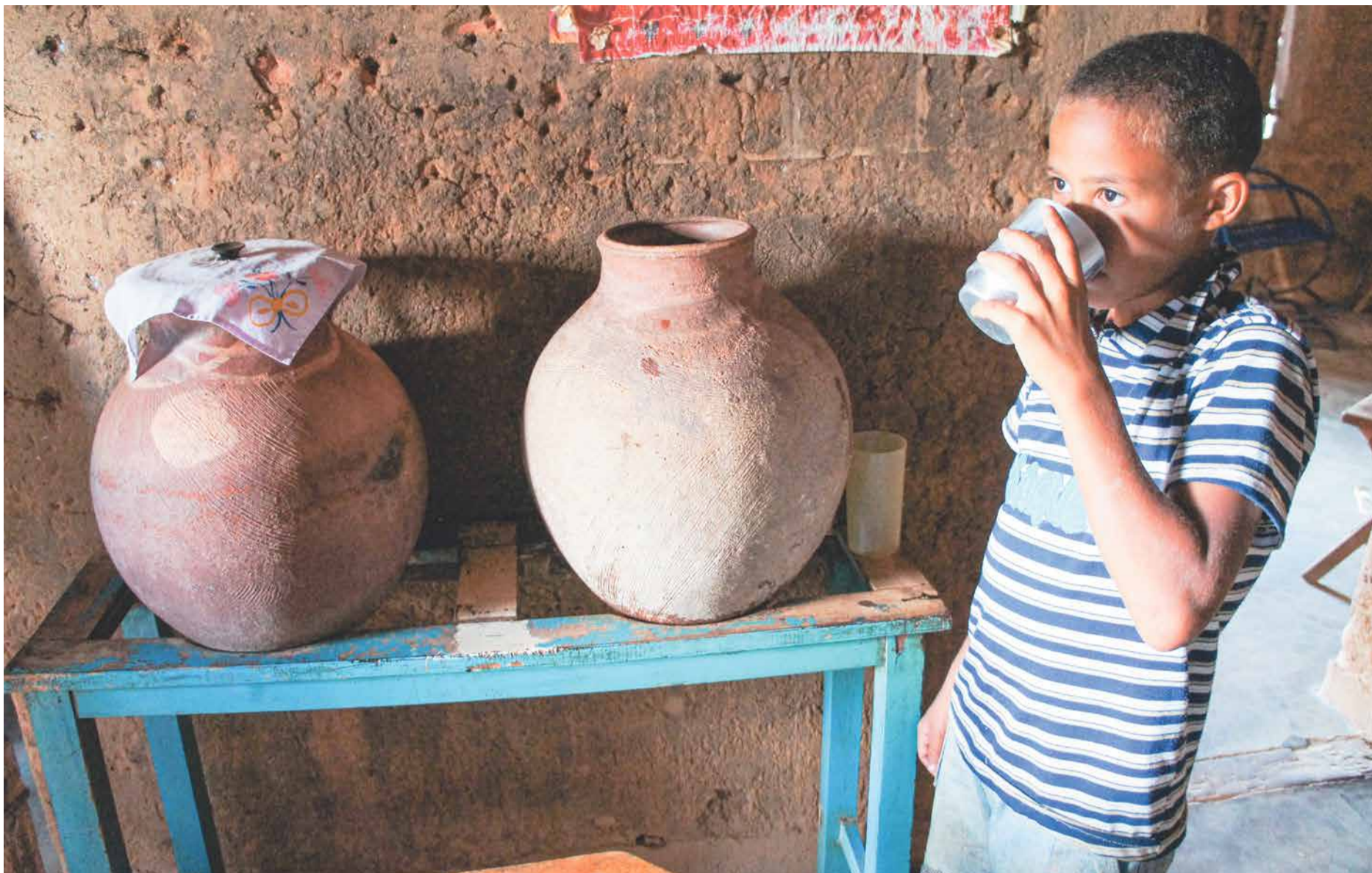


Foto: Codelvasf/Divulgação

O país reconhece o acesso à água como direito humano, mas nega esse direito a 35 milhões de brasileiros e ainda faz uma aposta arriscada na desigualdade ao entregar a exploração desse bem universal ao capital privado

# Portas abertas para a privatização da água

por Cátia Cylene

*O novo marco regulatório do saneamento impõe que um serviço público e universal seja lucrativo. A estratégia política é clara: impedir investimentos estatais, precarizar o sistema de saneamento e deixar gestões municipais reféns do setor privado. O direito à água limpa e segura não tem vinculação jurídica no Brasil, embora o país tenha aderido à decisão da ONU, em 2010, de inserir essa universalização no âmbito dos direitos humanos. Em oposição aos defensores da água como bem fundamental e direito de toda pessoa, se insurgem os críticos das estatais e do serviço público. Em meio a essa disputa, ganha o lobby privatista com ampla mobilização política, profissional, multinacional, focado na apropriação dos recursos hídricos*

**A**s investidas não são à toa, afinal, nosso país é território estratégico para a exploração do capital financeiro internacional, com 13% da água doce do mundo. E embora esteja assentado sobre a segunda maior fonte de água doce subterrânea do planeta, o Aquífero Guarani, mais de 35 milhões de brasileiros não têm acesso à água potável. E quase 100 milhões de pessoas vivem sem os serviços de esgotamento sanitário.

Conforme o Instituto Trata Brasil, no Rio Grande do Sul uma parcela de 13,6% da população vive sem acesso à água e 67% sem coleta de esgoto. Os dados do último levantamento são de 2018 e apontam, ainda, que 12,1% (mais de 17 mil pessoas somente em Porto Alegre) recebem água de forma irregular, o que não garante

qualidade adequada para a manutenção da saúde.

Dos 497 municípios gaúchos, 317 têm contrato com a Companhia Riograndense de Saneamento (Corsan), num universo de 6 milhões de usuários. Dentre as capitais brasileiras com maior compromisso com a universalização do saneamento, Porto Alegre ocupa a 11ª posição. O estudo publicado pela Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (Abes), em junho, avalia o percentual de pessoas abastecidas com água, coleta de esgoto e resíduos sólidos, além de aferir o quanto de esgoto é tratado e se os resíduos recebem destinação adequada.

O novo marco regulatório do saneamento favorece a ofensiva pela privatização ao retirar o caráter público dos serviços. Aprovada com 12 vetos no dia 12 de julho, a Lei 14.026/2020 altera a Lei 11.107/2005 que impedia a prestação dos serviços públicos de água e esgoto por contrato de programa. Na prática, isso impossibilita que

as empresas públicas tenham tempo necessário para as adequações dos contratos aos cronogramas previstos para universalização dos serviços e celebrem vínculos jurídicos em cidades onde o contrato está vencido ou por vencer.

Assim, contratos em vigor serão transformados em concessões à empresa privada que assumir a estatal. Os atuais serão mantidos até março de 2022. Após esse prazo poderão ser renovados por 30 anos, desde que comprovem viabilidade econômico-financeira, ou seja, se conseguem se manter por conta própria – via cobrança de tarifas e contratação de dívida.

Ao vetar o artigo 16, o presidente Jair Bolsonaro (sem partido) acabou com o subsídio cruzado. Com isso, a execução de obras e prestação de serviços aos municípios mais pobres, que são financiados, em parte, pelos municípios mais ricos, fica inviabilizada. O geólogo Sérgio Cardoso, vice-presidente do Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Gravataí

exemplifica: “Gravataí possui 276 mil habitantes, algum recurso dali é utilizado para manter Glorinha, que tem apenas 8 mil habitantes. Isso vai acabar. Queremos eficiência do setor, mas o problema é estrutural e se vende a ilusão para a população de que tudo vai se resolver sendo privatizado”, alerta.

Os riscos maiores recaem sobre os 231 municípios com menos de 5 mil habitantes. O presidente do Sindiágua, Arilson Wunsch, acredita que as eleições municipais tiraram o foco da mobilização pela derrubada do veto ao artigo 16. “Toda nossa luta para garantir que a água chegue às pessoas mais carentes, mesmo nos municípios menores, depende disso. É muito mais grave que privatizar a telefonia, por exemplo. Uma pessoa pode ficar dias sem telefone, mas sem água ela não sobrevive. É questão de saúde e é isso que está em jogo”, constata.

Outro ponto da lei refere-se a um maior controle atribuído à Agência Nacional das Águas e Saneamento Básico (ANA). Mas

num país megadiverso, a efetividade da regulação é duvidosa. A começar pela meta: até 2033 o Brasil deve chegar a 99% da água tratada e 90% com coleta e tratamento de esgoto. Índices ambiciosos para 13 anos. A própria lei possibilita estender o prazo até 2040. Afinal, os desafios são imensos para atender não apenas as áreas urbanas em sua completude, mas também rurais, indígenas, quilombolas, ribeirinhas.

Fala-se em R\$ 700 milhões de investimentos, sendo R\$ 500 milhões para inovação e R\$ 200 milhões para correção de redes atuais. Édison Carlos, presidente do Instituto Trata Brasil, lembra que aproximadamente 70% da população brasileira é atendida por alguma empresa estadual, 20% por empresas municipais e de 8% a 10% por serviço privado. Ele é enfático: “Para a pessoa perder dinheiro vendendo água, tem que ser muito ruim. Água tem que se usar todo dia. Com uma gestão mínima, não tem como haver prejuízo”.

## Lobby da Odebrecht e a farsa da Famurs

O presidente da Frente Parlamentar em Defesa da Água Pública, deputado Jeferson Fernandes (PT), lembra do início da mobilização privatista da água. Quando Uruguaiana rompeu o contrato com a Corsan e passou o serviço de saneamento para a Foz do Brasil, empresa do grupo Odebrecht. Divulgado como caso de sucesso, o município acumula dívidas até hoje.

No mesmo período, 2010 a 2011, a história das privatizações

contava com forte atuação da Federação das Associações de Municípios do RS (Famurs). Alguns assessores transformaram-se em “especialistas” e faziam palestras pelo estado afora. “Eram palestras patrocinadas pela Odebrecht e embora as fraudes nas cartilhas distribuídas fossem evidentes, levaram a opinião pública a acreditar na eficácia da privatização”.

Na resistência, o município de São Luiz Gonzaga fez história na defesa da água pública e trouxe

à tona o esquema de corrupção. Após várias denúncias ao Ministério Público e à Polícia Civil, em 2012, no dia em que a administração municipal se preparava para comemorar a concessão, uma operação prendeu três pessoas suspeitas de beneficiar a licitação: o ex-prefeito da cidade, Vicente Diel (PSDB), o ex-secretário de Obras, Dilamar Batista, e o assessor jurídico da prefeitura, Cláudio Cavaleiro.

“É um baita esquema. No mun-

do afora a situação se assemelha, sempre há corrupção e um esforço para a desconstituição do que é público. Prevejo como nova temporada de uma série. Se uma empresa ganha licitação, o poder público fica com as dívidas, a empresa não faz investimentos e não honra contratos”. Aqui no Brasil se sabe que temos uma mina de ouro. “As pessoas não se dão conta. Mas, não vai chegar a 20 anos e a água vai custar mais que o petróleo,” ressalta Fernandes.

## Repercussão internacional em defesa da água pública

Em Erechim o contrato com a Corsan está suspenso por força da justiça. Se a companhia quiser seguir prestando os serviços, terá que entrar na concorrência pública a ser aberta para a concessão. “Tarefa difícil, pois desde a suspensão do contrato as duas partes (Corsan e prefeitura) não chegam a um acordo, o que nos deixa muito preocupados”, salienta Natalino da Silva, diretor do Sindiágua/Regional Planalto.

O caso inicia em 2008, dois

anos após a sociedade civil se organizou e surgiu o Fórum Popular em Defesa da Água de Erechim. “Agora tem novo projeto calculado em R\$ 2,4 bilhões para efetivar a concessão dos serviços de saneamento. Fizeram audiência pública para apresentação do edital de forma 100% virtual, sem garantir participação popular na decisão do futuro do saneamento no município”, aponta Grasielle Berticelli, uma das integrantes do Fórum.

Manifestos contrários tiveram

repercussão internacional. Num alerta para o Brasil, o chileno Víctor Bahamonde, integrante do Movimento de Defesa pelo Acesso à Água, à Terra e à Proteção do Meio Ambiente (Modatima), organização da região de Valparaíso, enviou vídeo para Erechim, somando esforços. Ele fala da situação crítica do Chile, onde após mais de 20 anos de privatização a população precisa escolher entre lavar roupa ou cozinhar.

O Chile é um dos países com

o maior nível de privatização de água do mundo. Atualmente 80% dos recursos hídricos do país estão nas mãos de empreendimentos privados, principalmente de empresas agrícolas, de minério e de energia. Ao contrário do que ressalta a ONU, no Objetivo de Desenvolvimento Sustentável número 6: “Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos” – a água não é um direito previsto na Constituição brasileira.

# Rio Grande do Sul de exploração do

por Cristina Ávila

*O processo que resultou na condenação do empresário Marconi Christianetti, presidente de um consórcio de plantadores de batata no pequeno município de Ibiraiaras, no Nordeste do estado, e a sua ligação com figuras proeminentes do governo federal revela a existência de uma rede espalhada pelo país que atrai trabalhadores para arapucas armadas por empresários e produtores rurais que vivem da exploração de mão de obra análoga à escravidão. São criminosos que escapam à fiscalização, apesar de muitos serem reincidentes apontados pela “lista suja do trabalho escravo” da Secretaria de Inspeção do Trabalho*

**O** Brasil estaria comemorando em novembro os 90 anos da criação do Ministério do Trabalho, se a pasta não tivesse sido extinta pelo governo de Jair Bolsonaro (sem partido). Uma das mais importantes demandas históricas dos trabalhadores, a instituição implantada em 1930 teve o fim anunciado em 2018 pelo gaúcho Onyx Lorenzoni (DEM/RS), coordenador da equipe de transição do governo que ainda nem tinha tomado posse. Questionado sobre o destino da fiscalização para combate ao trabalho escravo – que em 25 anos resgatou 55 mil homens em situa-

ções análogas à escravidão e se tornou referência no mundo – o deputado deu de ombros. “Acho” que será atribuição do “doutor (Sérgio) Moro”, disse à época, referindo-se ao ex-juiz que se tornara político e também estava escalado para as tarefas daquele final de ano, com cargo assegurado como futuro ministro da Justiça.

Em 2020, no rastro de uma sentença expedida pela 8ª Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, de Porto Alegre, descobriu-se que o mesmo Lorenzoni que estava mal informado sobre a distribuição das competências do ministério a ser extinto foi ágil anos

antes para pedir uma audiência pública na Câmara Federal na tentativa de descaracterizar o resgate de 35 trabalhadores mantidos em condições análogas à escravidão em Ibiraiaras, município de 7,5 mil habitantes localizado na região Nordeste do Rio Grande do Sul. Os trabalhadores dormiam amontoados em beliches no alojamento superlotado, onde nem banheiros havia. Entre mais de três dezenas de homens, um deles estava com a mulher e uma criança de colo. Os fatos foram investigados pela Polícia Federal e registrados por servidores dos Ministérios Público e do Trabalho, mas a audiência

Foto: Igor Sperotto

# Uma integra rede trabalho escravo



Fazenda de produção de maçãs, na Serra gaúcha, alvo de ações dos auditores fiscais do trabalho por exploração de mão de obra análoga à escravidão

pública na Comissão de Agricultura em Brasília acolheu criminosos e criticou as vítimas.

O caso foi parar no TRF 4, em Porto Alegre, que acatou condenações determinadas pela 3ª Vara Federal de Passo Fundo, negando apelações dos réus. O empresário Marconi Christianetti, presidente de um consórcio de plantadores de batata de Ibiraiaras, recebeu pena de três anos de reclusão e pagamento de multa, porém com pena corporal substituída por serviços comunitários. Ele havia contratado para arregimentar trabalhadores o chamado "gato", no jargão da atividade, Antônio Carlos Martins, que já explorava peões em colheitas em Tapira, Minas Gerais. Dali, metidos num ônibus do tipo urbano, com bancos duros, em péssimo estado de conservação, partiram para uma viagem de 1.485 quilômetros até o interior do Rio Grande do Sul. O plano era levá-los depois para outra lavoura em Vargem Grande do Sul, em São Paulo. O empreiteiro foi condenado a três anos e nove meses de reclusão e multa, inicialmente em regime aberto.

Esses processos revelam fios da emaranhada rede espalhada pelo país que atrai trabalhadores para arapucas armadas especialmente por agentes do agronegócio. E escancaram a hipocrisia dos discursos de autoridades, além de revelarem a lógica de exploração

extrema e ilegal da mão de obra adotada por empresas que movimentam o PIB brasileiro. São exploradores da mão de obra escrava que escapam da fiscalização, apesar da reincidência e muitos nem aparecem na "lista suja do trabalho escravo", um cadastro de empresas e pessoas físicas autuadas por exploração de trabalho escravo pela Secretaria de Inspeção do Trabalho do Ministério da Economia e que tem como uma das punições o bloqueio a financiamentos públicos. Essas listas são pouco reveladoras, porque os nomes de produtores e empresas que violam o artigo 149 do Código Penal somente são divulgados depois de todos os recursos jurídicos esgotados – o que seria justo, não fosse a lentidão do poder Judiciário. No caso de Ibiraiaras, as diligências na localidade de São Roque foram realizadas em julho de 2011, mas o TRF4 só tomou uma decisão em abril de 2020.

Naquele julho de 2011, sob um frio que oscilava em 5 graus centígrados, os auditores fiscais do Trabalho chegaram bem agasalhados, com botas e casacos, no alojamento, em São Roque, onde os trabalhadores estavam instalados desde abril. A maioria originária de Pedreiras, no Maranhão, região de verão permanente com temperaturas raramente abaixo dos 23 graus, os homens foram encontrados usando chinelos e ber-



Foto: Marcell Casal Jr./ Agência Brasil

Lorenzoni: audiência na Câmara para descaracterizar flagrante de trabalho escravo no RS

mudas. Dormiam em colchões sem lençóis. Um ou outro tinha uma coberta fina. Começavam a receber algumas doações de agasalhos de moradores da localidade. As paredes do alojamento eram úmidas, em ambiente fétido que misturava odores de mofo e de dejetos. Os documentos dos trabalhadores estavam em poder do "gato", uma das práticas para reter homens e mulheres escravizados nas lavouras.

Apesar das evidências de que explorava mão de obra análoga à escravidão no local, Christianetti foi tratado como um parceiro vitimado em uma audiência pública na Comissão de Agricultura da Câmara Federal, no dia 27 de setembro. A realização da audiência

foi a pedido do atual ministro da Cidadania. Vários representantes de Ibiraiaras correram para Brasília. Entre eles, o presidente da Câmara de Vereadores, Luiz Orlando Climaco, que fez questão de agradecer: "Deputado Onyx Lorenzoni, resalto o teu trabalho. No momento em que te liguei, tu prontamente mandaste o advogado Paiani para nos assessorar". Ele se referia a Adão Paiani, ex-ouvidor agrário do governo do estado, que também estava na reunião. O vereador também comentou a moção de repúdio à ação do Ministério Público do Trabalho de Caxias do Sul, representada pelo procurador Rodrigo Maffei, que encaminhou à presidência da comissão.

## Maior déficit de auditores fiscais em 25 anos

A instituição pioneira nas denúncias de trabalho escravo na



Foto: Divulgação

País tem o menor número de auditores fiscais do trabalho em 25 anos, diz Corte, da Secretaria do Trabalho em Caxias do Sul

história recente do país é a Comissão Pastoral da Terra (CPT), organismo da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), fundada em plena ditadura militar, em 1975, na luta contra as graves situações enfrentadas por comunidades rurais, inclusive o que se denomina trabalho análogo ao escravo. Em maio de 1995 foi criado o que é hoje o Grupo Especial Móvel de Fiscalização, formado por auditores fiscais do trabalho, delegados e agentes da Polícia Federal e por procuradores do Ministério Público do Trabalho – coordenado pela Secretaria de Inspeção do Trabalho (SIT), originária do Ministério do Trabalho e

Emprego, incorporado ao Ministério da Economia do atual governo.

"Hoje temos no Brasil o menor número de auditores fiscais do trabalho ativos nos últimos 25 anos", ressalta o gerente regional da Secretaria do Trabalho do Ministério da Economia em Caxias do Sul, Vanius Corte, que atende 43 municípios gaúchos. Segundo ele, a situação se deve à falta de concursos públicos e também se agravou com a Reforma da Previdência, que levou muitos funcionários a pedirem aposentadoria, assustados com possíveis perdas com as mudanças das regras.

Vanius Corte relata que são 2.050 auditores fiscais do traba-

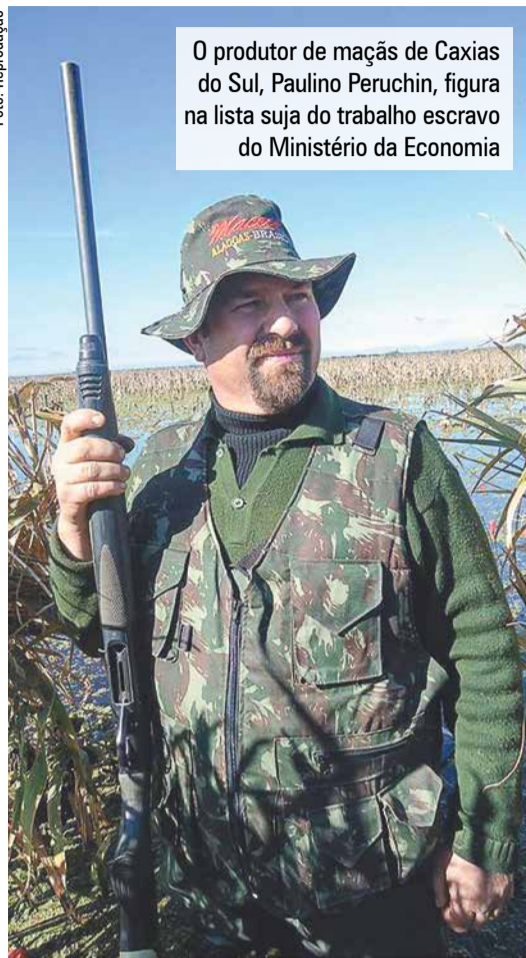
lho ativos, apesar das 3.644 vagas criadas por lei e não preenchidas por falta de concurso público, o que resulta em um déficit de 1.594 profissionais. Cerca de 130 se aposentam anualmente. Isso relacionado ao que garante a legislação, pois segundo estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) em 2012 o Brasil já precisava de 8 mil desses profissionais. O gerente regional em Caxias do Sul acentua que essa necessidade cresce à medida em que a legislação trabalhista e de segurança e saúde do trabalho são flexibilizadas, "o que tem se agravado desde a reforma trabalhista de 2017".



# Igreja mineira é campeã na lista suja nacional

No cadastro nacional de crimes relacionados a trabalho escravo, Minas Gerais aparece disparado em primeiro lugar, com 40 casos registrados. Entre 22 estados, em fiscalizações realizadas entre 2014 e 2019, que envolveram 2.079 trabalhadores, Minas também se destaca com o maior número de trabalhadores em apenas uma operação. Foram 565 pessoas cujo registro indica a empresa Nova Visão Assessoria e Consultoria Empresarial Ltda, relacionada à Comunidade Cristã Traduzindo o Verbo, em São Vicente de Minas, acusada de aliciar fiéis que se submetiam a jornadas em fazendas, postos de gasolina, restaurantes e fábricas de roupas em condições degradantes e sem direitos laborais. As investigações também incluíram simultaneamente São Paulo e Bahia. A Justiça autorizou 22 mandados de prisão, 17 interdições de estabelecimentos comerciais e 42 buscas e apreensão.

A lista suja ficou quase três anos sem ser publicada, entre 2014 e 2017, e somente voltou a circular por conta de uma ação civil movida pelo Ministério Público do Trabalho. Neste mesmo cadastro, atualizado em agosto de 2020, há dois casos no Rio Grande do Sul. Um dos registros é de Anta Gorda, da empregadora Flávia Cutti Arossi, dona da empresa Ca-



O produtor de maçãs de Caxias do Sul, Paulino Peruchin, figura na lista suja do trabalho escravo do Ministério da Economia

Foto: Reprodução



Kaipper: mais rigor com maus empresários

Foto: PGE/RS/Divulgação



Flagrante de trabalhadores submetidos a condições degradantes em fazenda no norte de Minas Gerais

Foto: Sérgio Carvalho/SRTE/MG/Divulgação

na Reciclagem e Transporte de Resíduos. Em Caxias do Sul foi registrado como pessoa física o empregador Paulino Peruchin.

A plataforma *SmartLab*, criada pelo Ministério Público do Trabalho e pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) aponta que entre 2003 e 2018 foram realizadas 31 operações no Rio Grande do Sul, com 321 vítimas resgatadas. Os casos ocorreram maio-

ritariamente em áreas rurais, em Cacequi, Venâncio Aires, Caxias do Sul, Ipê, Vacaria, Bom Jesus, Cambará do Sul, Mostardas, Uruguaiana, Canguçu, Encruzilhada do Sul, Rio Pardo, São Jerônimo, Júlio de Castilhos, Anta Gorda, Doutor Ricardo, Nova Brescia, São José do Norte e Lajeado.

O presidente da Associação dos Procuradores do Estado do Rio Grande do Sul (Apergers), Car-

los Henrique Kaipper, ressalta que políticas públicas como a erradicação do trabalho escravo são voltadas para maus empresários, que inclusive prejudicam quem trabalha corretamente. "A exploração desse tipo de mão de obra, além de ser crime, também acarreta concorrência desleal com os bons empresários, até sob este ponto de vista é interessante a implementação dessas políticas", observa.

## Números das operações de fiscalização

**55.004**

pessoas resgatadas em 25 anos

**5.379**

estabelecimentos fiscalizados

**36.688**

guias de seguro-desemprego emitidas, a partir de 2003, com o Plano Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo

**R\$ 108,7 milhões**

pagos como verbas rescisórias, a partir de 2003, com o Plano Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo

## Planos para a sua saúde? O Sinpro/RS tem.



**Unimed**

**CCG**  
Saúde

**UNIODONTO**  
PLANOS ODONTOLÓGICOS

Faça a simulação e confira o quanto você pode economizar



Professoras e professores associados ao Sinpro/RS podem contar com os melhores planos de saúde médico e odontológico.

**sinprosaúde**

# O Prêmio Educação do ano da pandemia terá edição especial

*Em 2020 a premiação ganha novo formato e os ganhadores serão conhecidos no dia 15 de outubro em live com show musical e exibição de um minidocumentário em homenagem à atuação dos professores durante a pandemia de coronavírus*

por César Fraga

No próximo dia 15 de outubro, às 20 horas, o *Prêmio Educação*, promovido pelo Sindicato dos Professores do Ensino Privado (Sinpro/RS), chega à sua 23ª edição, quando se saberá em cerimônia *on-line* os nomes dos vencedores deste ano.

De acordo com Margot Andras, diretora do Sindicato e coordenadora do evento, neste ano o *Prêmio Educação* terá uma edição especial e bem diferente das anteriores. A começar pela cerimônia de entrega, que será transmitida por meio de *live* e que contará também com a exibição de uma peça audiovisual e um número musical, além da revelação dos premiados – nas edições anteriores já eram anunciados com antecedência.

**MUDANÇAS** – “Nos anos anteriores, os homenageados foram escolhidos em categorias profissional, instituição e projeto. Em 2020 teremos apenas uma categoria e um maior número de laureados. O *Prêmio Educação* nunca foi um prêmio em dinheiro, mas sim uma homenagem

e um reconhecimento. Nesse aspecto, ele se mantém igual”, acrescenta Margot.

“O ano da pandemia, em que nossa forma de atuar na educação foi diferente, pautou diferenças também em nosso evento, que terá de ser especial, renovador e resistente, quanto ao momento em que vivemos. Sempre lembrando que ocorrerá, como de costume, na semana de comemoração do *Dia do Professor*”, observa a diretora.

**INDICADOS** – Segundo Margot, as indicações já estão ocorrendo a cada contato feito ao Sindicato. Os indicados serão notificados até dia 13 de outubro e conhecidos durante a cerimônia de premiação.

No dia da entrega dos prêmios, a atuação dos professores da rede privada do RS no ano da pandemia será contada por meio de um filme em minidocumentário, produzido a pedido do Sinpro/RS especialmente para o evento. “Desde julho está sendo feito um estudo a partir de depoimentos para contar essa história”, detalha a organizadora. Foram utilizados *e-mails*, relatos e depoimentos sobre as diferentes realidades encontradas pelos profissionais ao longo da pandemia.

“As dificuldades, o excesso de trabalho, a adaptação às plataformas, as alegrias, as angústias, o trabalho remoto, os desafios, a reinvenção, as vitórias, as aprendizagens diante de uma nova realidade, tudo está lá de forma sintética para tentar contar um pouco dessa história”, conta.

**HISTÓRIA** – O *Prêmio Educação* foi instituído pelo Sinpro/RS em 1998, com o objetivo de estimular e valorizar profissionais, instituições e projetos comprometidos com o ensino de qualidade e com a construção da cidadania. Nos últimos anos, foram laureados 22 profissionais, 25 projetos e 22 instituições, além de menções honrosas em ocasiões especiais.



Foto: Igor Sperotto



Foto: Sany Brasil/Divulgação

## A apresentação musical será com Nina Fola

Ela apresentará uma performance solo com tambores afro-gaúchos (sopapo e ilú) e berimbau. Também cantará músicas autorais e interpretará obras do cancionário popular.

## MEMÓRIA

# Minidocumentário sobre a realidade dos professores na pandemia

A peça criada pelo publicitário Fernando Waschburger, da agência D3 Comunicação, tem 5 minutos de duração e buscou sintetizar as vivências dos docentes do ensino privado ao longo da pandemia.

“O objetivo é reconhecer o valor e o trabalho dos professores durante essa crise sanitária. Inclusive, parte de uma ideia síntese, que é a seguinte: a pandemia, que parou o mundo, não parou os professores”, revela Waschburger. Segundo ele, o roteiro e todas as cenas se basearam em depoimentos reais e situações vividas e relatadas pelos docentes ao Sindicato.

“Quem é profissional da educação tem um compromisso com os estudantes e esse compromisso foi honrado durante a pandemia. Procuramos,

de forma não apelativa, nem piegas, nem cheia de heroísmos prestar uma homenagem aos professores. Assim como se fizeram várias homenagens para a atuação de diversos profissionais ao longo da pandemia, todas merecidas, agora chega a vez dos professores e professoras”, conclui.



Foto: Divulgação

# Retomada das atividades presenciais no RS em debate

Com o objetivo de contribuir com a manutenção da saúde física e psicológica de professores e estudantes no retorno das au-

Foto: Reprodução / Centro de Educação Meu Caminho / Manaus



las presenciais no Rio Grande do Sul na pandemia, o Sindicato dos Professores (Sinpro/RS) reúne nos dias 6 e 8 deste mês, às 18h, especialistas das áreas da Medicina, Educação e Psicologia para um debate sobre as implicações sanitárias, pedagógicas e psicossociais neste contexto. O evento terá transmissão ao vivo pelas redes sociais do Sindicato.

O painel do dia 6 abordará as implicações sanitárias na reabertura das escolas. O debate conta-

rá com a participação do reitor da UFPel, Pedro Hallal, do epidemiologista Ricardo Kuchenbecker e do pesquisador Demétrio Guadagnin.

No dia 8, o debate abordará os efeitos do distanciamento social no processo do ensino-aprendizagem e a retomada da presencialidade, bem como os impactos emocionais nos professores e estudantes. Participarão a pedagoga Maria Cláudia Dal'Ígna, a psicóloga Roséli Cabistani e a professora Leticia Maria Passos Corrêa.

## EDUCAÇÃO SUPERIOR

### Professores das Ices aprovam proposta de Acordo

No último dia 2 de outubro, os professores das Instituições Comunitárias de Educação Superior (Ices) aprovaram em Assembleia Geral *on-line* a proposta para Acordo Coletivo de Trabalho Plúrimo (ACT) negociada pelo Sindicato dos Professores (Sinpro/RS) e o coletivo patronal.

Conforme Marcos Fuhr, diretor do Sinpro/RS, essa foi a mais longa negociação com a patronal desde que os acordos plúrimos com as Ices foram instituídos, há cinco anos. As tratativas se estenderam por todo o primeiro semestre, com interrupções e retomadas. "Houve, nesse meio tempo, duas prorrogações do Acordo Coletivo do ano de

2019 diante do forte impacto da crise econômica agravada pela pandemia", relata o sindicalista.

Ele conta que os dirigentes das Ices, ao longo do primeiro semestre, foram muito resistentes à renovação do Acordo. A solução encontrada nesses dois ciclos de tratativas foi a de prorrogar o Acordo já existente, o que aconteceu por duas vezes. A última prorrogação terminou no dia 30 de setembro.

Em agosto, foram retomadas novamente as negociações, o que envolveu um grande número de reuniões, que resultaram na proposta que foi submetida e aprovada pela Assembleia.

**ABONO** – A proposta contem-

pla a aceitação do que já havia sido acordado com o Sinepe/RS, que é o abono de 1,96% a partir de outubro. Porém, a negociação para a reposição da inflação de 3,92% ficou remetida para a próxima data-base, em março de 2021. "As negociações deste ano se deram em um quadro de profunda crise. As instituições estão muito impactadas pela redução do número de alunos", explica Marcos Fuhr. "Sem contar a grande quantidade de tratativas individuais que o Sinpro/RS está mantendo com universidades mais atingidas pela crise".

**CONDIÇÕES DIFERENCIADAS** – Segundo o dirigente, na mesa de

negociação, as Ices alegaram recorrentemente a condição diferenciada das instituições comunitárias que, por serem universidades, estão submetidas a exigências que oneram suas folhas de pagamento. Entre elas, a obrigatoriedade de um terço do corpo docente de professores com tempo integral, além da oferta de programas de mestrado e doutorado. "Nós só conseguimos o consenso dos gestores das Ices em torno da proposta agora aprovada mediante o comprometimento do Sindicato de que negociará individualmente com algumas instituições que se encontram em processo mais agudo de crise financeira", informa.

## CAMPANHA

### Cresce auxílio aos professores

A campanha *Professores Solidários* já auxiliou 137 famílias de professores com cestas básicas durante a pandemia de coronavírus. Desde abril, a ação criada pelo Sinpro/RS entregou mais 8 mil quilos de alimentos em todo o estado. A campanha segue recebendo doações e tem foco no auxílio aos docentes de educação infantil, parcela mais atingida pelos efeitos econômicos da pandemia.

As entregas de alimentos só foram possíveis pela colaboração de centenas de professores, que sensibilizados, contribuíram com a arrecadação de recursos da campanha. Ao todo, mais de 400

docentes já participaram. Além de doações individuais, as associações de docentes de instituições de educação básica e superior também contribuíram.

"As doações feitas pela categoria foram fundamentais para a campanha. Esse apoio permitiu que muitas famílias fossem atendidas num momento muito difícil de suas vidas", explica Patrícia Carvalho, diretora do Sinpro/RS.

Em agosto, o Sinpro/RS abriu uma conta corrente exclusiva para receber contribuições. Até o momento, mais R\$ 7 mil já foram depositados. Todo o valor será destinado à compra de novas cestas básicas.

**COMO DOAR** – As doações podem ser feitas de duas formas. Através da *Vakinha On Line* ([www.vakinha.com.br/professores-solidarios-2](http://www.vakinha.com.br/professores-solidarios-2)), criada exclusivamente para a campanha. A ação já atingiu 14% da meta pretendi-

da. Além do site, podem ser feitas transferências no caixa eletrônico ou aplicativo do banco. Confira os dados. (Banrisul: Banco 041, Agência: 0100, Conta corrente: 06.253.0242-2, CNPJ Sinpro/RS: 92.948.389/0001-10)



Para contribuir, basta acessar o QR Code ou o site da campanha



# Professores e funcionários da Rede Metodista fazem protesto nacional

por Edimar Blazina

O *Dia do Basta*, realizado durante toda a terça-feira, 22 de setembro, com a paralisação geral das atividades nas instituições que integram a Rede Metodista de ensino, protestou contra os constantes descumprimentos dos direitos trabalhistas.

A mobilização nacional foi convocada pelos Sindicatos de professores do Rio Grande do Sul (Sinpro/RS), São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, juntamente com federações, estudantes e entidades ligadas à educação, em protesto aos constantes atrasos salariais, descumprimento de direitos e desmonte da estrutura das instituições.

Em *live* nacional, com representantes de professores e funcionários da Rede Metodista em São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, foram denunciados a falta de diálogo com a direção Metodista e o desmonte de instituições centenárias, que, segundo eles, estão sendo fechadas por má administração em diversos estados do país. As categorias também definiram proposi-

ções para garantir os direitos dos trabalhadores.

As categorias reivindicam o respeito aos acordos judiciais firmados, garantia de direitos descumpridos pela Rede, entre outros pontos. No Rio Grande do Sul, integram a Rede o Colégio Americano e o Centro Metodista Universitário (IPA), de Porto Alegre, o Instituto Metodista, de Passo Fundo, o Colégio União, de Uruguaiana e o Colégio Centenário e a Faculdade Metodista Centenário (Fames), de Santa Maria.

"Acompanho este movimento há muito tempo, tudo o que vem acontecendo com os trabalhadores das instituições metodistas que, apesar de terem seus direitos desrespeitados, nunca deixaram de executar seu trabalho com o mesmo empenho", destacou o presidente da Federação dos Professores do Estado de São Paulo (Fepesp), Celso Napolitano.

**FECHAMENTO DE ESCOLA** – No Rio de Janeiro, a mais tradicional escola Metodista, e tida como referência, o Colégio Metodista Bennett anunciou seu fechamento

Foto: Reprodução web



na mesma data do *Dia do Basta*. Já, em Porto Alegre, a mantenedora convocou uma reunião com os pais de alunos do Colégio Americano, que vem atrasando o pagamento dos salários, para anunciar que tempos "de maior prosperidade" se anunciam. Na ocasião, foi dito pelos gestores que, com a conclusão da venda de um terreno, as pendências salariais com os professores seriam salgadas "imediatamente", e que a partir do próximo ano a escola se tornaria referência nacional na Rede.

"A direção se nega a negociar e não dá qualquer perspectiva de regularização das pendências sa-

lariais. Vemos com muita tristeza o desmonte de instituições históricas", afirma Margot Andras, diretora do Sinpro/RS.

**AÇÕES** – Entre as medidas aprovadas pelo coletivo estão a realização de estudo jurídico sobre a possibilidade de ação nacional contra as instituições metodistas e a solicitação, via Confederação (Contee), de uma reunião com o Ministério Público Federal. Além disso, serão feitos estudos e ações jurídicas e políticas que permitam interferência nas determinações do próximo Concílio da Igreja Metodista em 2021, com a retomada da autonomia das Instituições Metodistas de Educação.

## APOSENTADORIA

por Daisson Portanova  
Advogado da Apaepers



### Previdência, novo pente-fino e a boiada do atual governo

A lembrança de uma das mais agudas reuniões de governo, apresentada para sociedade, mostrava interesse na intervenção e ascensão sobre vários setores, desde o meio ambiente à economia: o presidente querendo controle sobre a Polícia Federal; o ex-ministro da Educação atacando o STF; o Ministro do Meio Ambiente tencionando abrir a porteira para passar tudo que fosse possível, passando a boiada que se avizinha.

Não havia ministro da Previdência Social. Sim, este governo extinguiu tal Ministério, mostrando clara redução de proteção social, impondo visão econômica sobre o tema, levando as decisões para dentro do Ministério da Economia.

A ausência de defesa específica da matéria previdenciária não deixou o tema ao largo, ao menos quanto à ideia reducionista.

O exemplo advém do governo Temer, quando o pente fino previdenciário visava os benefícios por incapacidade.

A boiada agora será dirigida aos benefícios previdenciários, mas

não só aos benefícios por incapacidade. Alegando eventual irregularidade ou divergência de dados, o foco será em todos os benefícios!

Exemplos que chamam a atenção já batem às portas do cidadão. Sob alegação de "entrega de documentos por convocação", o INSS processa milhares de benefícios para entrega de documentos. Situação peculiar foi exigida de uma pensionista, com mais de 90 anos, internada e sob interdição judicial, cujo óbito do ex-segurado ocorreu na década de 1980, impondo a entrega de documentos como CTPS do falecido, para que venha a "demonstrar a regularidade na manutenção do benefício".

Segurança jurídica e estabilidade social são submetidas a crivo imperial de uma alegação genérica para demonstrar regularidade, agora! Depois de mais de 40 anos de concessão do benefício, sem uma justificativa ou auditoria certa e fundamentada?

De pente-fino em pente-fino, arranca-nos a voz da garganta. E já não podemos dizer nada.

## CCT 2020 da educação superior já pode ser consultada

A Convenção Coletiva de Trabalho 2020 (CCT) dos professores que atuam na educação superior foi assinada em setembro. O documento é resultado da negociação feita entre o Sindicato dos Professores (Sinpro/RS) e o Sindicato Patronal (Sinepe/RS) e aprovado pelos professores em Assembleia Geral.

O documento regra o salário, 13º salário, férias, entre outros pontos. Em 2020, em função da pandemia do novo coronavírus, além das cláusulas renovadas, a CCT trata de assuntos específicos relativos aos impactos da Covid-19 no trabalho docente.

**DESTAQUES** – Entre os principais pontos aprovados estão o reajuste salarial, com o abono no percentual de 1,96%, a ser pago de outubro de 2020 até fevereiro de 2021. A partir de 1º de março de 2021, deve ocorrer a integralização do percentual de reajuste de 3,92%. Estabelece também a antecipação de 50% do 13º salário no dia 6 de novembro e a outra metade em 15 de dezembro; a antecipação do feriado em comemoração ao Dia do Professor, a estabilidade do aposentando e aplicação da Lei 14.2020/2020, que trata de acordos individuais, além de outros destaques.

O documento na íntegra pode ser acessado no site ([www.sinprors.org.br/cct](http://www.sinprors.org.br/cct)) e no aplicativo do Sinpro/RS, que pode ser baixado nas lojas *Apple Store* e *Play Store*.

## EDUCAÇÃO INFANTIL

### Sindicatos seguem em negociação

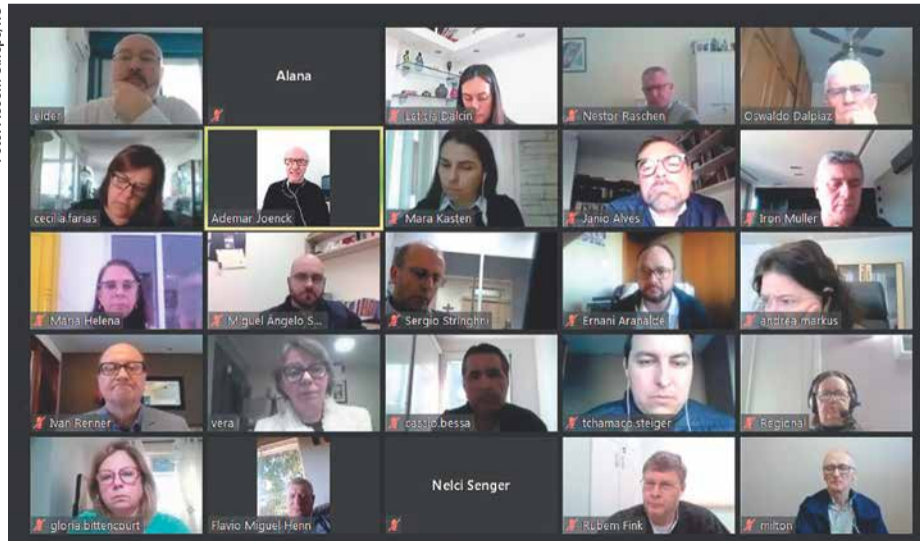
Segue o impasse nas negociações entre Sindicato dos Professores (Sinpro/RS) e o Sindicreches (sindicato patronal) com vistas à renovação para 2020 da Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) dos professores que atuam nas escolas de educação infantil exclusiva. Em julho, os docentes aprovaram a pauta de reivindicações, que agora é discutida pelos representantes dos sindicatos.

O ponto principal do impasse é o reajuste salarial da categoria, além de questões como pagamento do 13º salário e itens das cláusulas sociais da CCT. Visando garantir o direito dos professores, o Sinpro/RS negociou a extensão do prazo de validade da última Convenção, até que sejam concluídas as negociações.

“O Sinpro/RS tem buscado a valorização dos professores que atuam na educação infantil em todos os âmbitos. Esta é uma parcela muito importante da categoria e foi a mais atingida pelos efeitos econômicos da pandemia”, explica Margot Andras, diretora do Sindicato.

Ela explica ainda que o Sindicato tem atuado pontualmente em cada instituição na solução de dificuldades. Foram centenas de acordos firmados garantindo empregos e salários aos professores deste nível.

Foto: Ascom Sinepe/RS



Reuniões de negociação ocorrem de forma virtual

## ESTILO DE VIDA POSITIVO!

### Movimento, alimento e pensamento: os pilares do bem-estar

Mais simples do que parece, esse trio do bem pode mudar sua vida. Pouco investimento monetário, apenas força de vontade, disciplina, organização e dedicação.

**Movimento?** Mexa-se diariamente. Não precisa mais que 20 minutos ou breves ações intercaladas na sua rotina diária.

**Alimento?** Prepare e cozinhe a sua comida da mesma forma que sua avó fazia, com produtos que nosso organismo reconhece.

**Pensamento?** Organize sua agenda e inclua nela momentos para estar consigo mesmo. Escute música, medite, leia um livro, entre em contato com a natureza, vale a praça ao lado de sua casa. Seja criativo e ative sua mente. Inspire-se e realize.

### Comprometa-se com seu bem-estar, estamos nessa com você!

O SINPRO/RS, pensando na sua saúde e bem-estar, disponibiliza uma plataforma digital repleta de dicas, videoaulas de corrida, Yoga, alongamentos, ginástica laboral, treinamento físico funcional, receitas e planos alimentares *lowcarb* e muito mais. Tudo isso num click, no seu smartphone ou desktop!



A PLATAFORMA SOMOS MOVE:  
juntos em busca de mudanças positivas  
no seu estilo de vida!

Acesse e faça seu cadastro. É livre e gratuita para os associados e dependentes do SINPRO/RS.

[www.sinprors.org.br/saude/saude-do-professor](http://www.sinprors.org.br/saude/saude-do-professor)



# O combustível da alma

por Gilson Camargo



Foto: Acervo Pessoal

Curso virtual tem 40 alunos matriculados que serão encaminhados a projetos de extensão

Se o petróleo movimenta as máquinas, a música movimenta a alma, disse certa vez o maestro Heitor Villa-Lobos. A analogia é lembrada pelo bacharel em Percussão e mestre em Educação pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Márcio Tolio. Professor dos cursos de Licenciatura em Música e Bacharelado em Percussão da Universidade de Passo Fundo, ele e os seus alunos de música encontraram um jeito de mobilizar os jovens durante o isolamento social, criando um curso de música virtual e gratuito para crianças e adolescentes.

As aulas começaram no dia 28 de setembro, com mais de 40 inscritos, a maioria adolescentes. “A iniciativa partiu de mim e dos alunos com o intuito de dar uma contrapartida para a comunidade e a sociedade nesse período que a gente está passando, de tempo ocioso das crianças. A música, como a gente sabe, vem sendo uma das principais ferramentas pra isso”, explica o professor – que enfatiza seu nome artístico: “Kbecinha”.

Os alunos aprendem os fundamentos da música com os instrumentos disponíveis no curso. “Temos alguns projetos de extensão da instituição para os quais a gente pretende direcionar essas crianças a partir do ano que vem, para poder continuar esse trabalho de forma presencial”, revela.

Um desses projetos é o *Da Capo*, que integra o programa de extensão *Musique* e visa à criação de atividades de ensino musical, mais especificamente aulas de instrumentos musicais para jovens e crianças de 7 a 17 anos, alunos da rede pública de ensino ou pertencentes a instituições de apoio a crianças em situação de vulnerabilidade social.



Foto: Acervo Pessoal

Márcio Tolio: música para preencher tempo ocioso dos alunos

## PALAVRA DE PROFESSOR

por José Luís Ferraro

Doutor em Educação e professor dos Programas de Pós-Graduação em Educação e Educação em Ciências e Matemática da PUCRS

### O dilema das redes e a era do governo digital

Um dos documentários mais recomendados, *O Dilema das Redes* (*The Social Dilemma*), disponível no Netflix, aborda as tecnologias relacionadas à inteligência artificial por trás das redes sociais e seus efeitos sobre o comportamento humano. A relação entre a maneira como interagimos nas redes e os algoritmos criados a partir dos dados como essa interação ocorre não apenas revela um perfil detalhado sobre nós mesmos – nossos gostos, preferências e interesses –, como ajuda a consolidá-lo, tornando-o cada vez mais inteligente no *design* de padrões e modelos de tendências sobre nossa experiência como usuários das redes.

Da sociedade disciplinar à sociedade de controle, até as micropolíticas que tendem a produzir uma economia do desejo e dos afetos no interior de uma política específica da verdade, intelectuais como Michel Foucault, Gilles Deleuze e Félix Guattari já mostravam os entrelaçamentos entre poder, saber e verdade, os investimentos do campo social sobre as subjetividades, a produção capitalística e suas máquinas desejantes.

O que muda? A forma de governo. Tais elementos se mantêm, mas os dispositivos agora são outros, de natureza digital. São as redes sociais que capitalizam estes processos que interferem sobre os modos de ser, agir e pensar – de estar no mundo – com a anuência de seus próprios usuários, que numa relação de adesão cedem seus dados, fornecem suas informações, e se tornam o alvo fácil para um governo digital. E não é preciso que se diga que os efeitos disso sobre a educação são os mais variados e têm dividido a opinião dos docentes.

Estratégias de gamificação na educação, ambientes virtuais de aprendizagem com controle de acesso de estudantes ou redes sociais voltadas especificamente a atividades de pesquisadores, por exemplo – sob uma lógica crítica –, nada mais são do que dispositivos de governo digital que visam garantir o engajamento em termos de produtividade. Se por um lado elas facilitam modos de interação em suas respectivas áreas, por outro produzem uma série de tendências que informam sobre a atividade de quem as utiliza. No caso dos pesquisadores, produzem índices de reputação: quantas vezes foi lido, quantas vezes foi citado, em quais revistas publica. Tornam-se vitrines onde se expõe um capital simbólico – neste caso, cultural, científico e social – que muitas vezes serve como combustível para a fogueira de vaidades na academia. Pierre Bourdieu nunca fez tanto sentido.

Embora na contemporaneidade não haja perspectiva para um rompimento dessa relação de governo, pois o uso das redes sociais contribui para uma série de relações que extrapolam a dimensão pessoal, estendendo-se também à profissional, é possível mitigar a dependência que temos desenvolvido em relação a elas. Tal prática como contraconduta em resposta à governamentalidade digital se coloca como um imperativo à preservação de nossa própria humanidade, não apenas pelo momento pandêmico – que, forçosamente, nos jogou no interior de uma dimensão virtual na escola, no trabalho e até mesmo no âmbito das relações familiares –, mas pela necessidade da convivência com o outro na esfera do real; onde devimos aquilo que realmente somos, livres dos algoritmos que direcionam nossas escolhas ou dos filtros que nos ajudem a caçar curtidas para satisfazer nossa natureza egóica. Humanos, apenas.

A seção Intervalo se propõe a revelar o perfil humano dos professores ao relatar experiências de educadores que desenvolvem atividade diversa da docência, seja de forma profissional ou como passatempo. A coluna Palavra de Professor é destinada a artigos de professores, com 2.500 caracteres. Envie sua sugestão aos editores: [extraclass@sinprors.org.br](mailto:extraclass@sinprors.org.br).



# Saúde e pseudo alimento

*Corremos o risco de repetir a trajetória dos Estados Unidos, com o consumo crescente de fast food e de produtos ultraprocessados lançados no mercado com forte apelo publicitário*

Em 2014, o Ministério da Saúde lançou a segunda edição do *Guia alimentar para a população brasileira*. O estudo sintetizou as evidências científicas a respeito da alimentação e seus efeitos na saúde humana, na cultura e no meio ambiente, contando com a participação do Núcleo de Pesquisas Epidemiológicas em Nutrição e Saúde da Universidade de São Paulo (USP). O trabalho foi também aberto à consulta pública, o que viabilizou ampla participação e um debate qualificado. Desde seu lançamento, o Guia tornou-se uma referência internacional, tendo merecido avaliações altamente positivas e influenciado políticas públicas em outros países.

Uma das novidades do Guia foi a classificação dos alimentos em quatro tipos: I) alimentos *in natura* ou minimamente processados, II) produtos extraídos de alimentos *in natura* ou diretamente da natureza usados para temperar e cozinhar; III) produtos fabricados essencialmente com a adição de sal ou açúcar a um alimento *in natura* ou minimamente processado e IV) produtos cuja fabricação envolve diversas etapas e técnicas de processamento e vários ingredientes, muitos deles de uso exclusivamente industrial. Nessa tipologia, o Guia demonstrou o quanto uma dieta saudável depende do consumo de produtos *in natura* (como folhas, frutas, ovos e leite) ou minimamente processados (como grãos secos, polidos ou moídos como farinhas, raízes e tubérculos lavados, cortes de carne resfriados ou congelados e leite pasteurizado).

As informações científicas do Guia dizem respeito a um desafio fundamental de educação alimentar e nutricional em um país onde sobrepeso e obesidade, características fortemente associadas a doenças cardíacas, diabetes e a certos tipos de câncer, acometem um em cada dois adultos e uma em cada três crianças. Corremos, nesse ponto, o risco de repetir a trajetória dos Estados Unidos, com o consumo crescente de *fast food* e de produtos ultraprocessados lançados no mercado com forte apelo publicitário. Essa mudança no padrão alimentar troca produtos de origem vegetal como arroz, feijão, mandioca, batata, legumes e verduras, por produtos industrializados que adicionam gordura vegetal hidrogenada, óleos interesterificados, xarope de frutose, isolados proteicos, agentes de massa, espessantes, emulsificantes, corantes, aromatizantes, realçadores de sabor e vários outros tipos de aditivos químicos.

Esses produtos permitem o consumo durante o trabalho, no carro, ou em frente à TV, práticas que alteram a experiência de refeições compartilhadas à mesa e as quantidades consumidas. Assim, guloseimas, refrigerantes, sucos e sopas em pó, produtos congelados "prontos para aquecer", misturas para bolos, "macarrão" instantâneo e "temperos" prontos, pizzas, hambúrgueres, salsichas e extratos de carne, de frango ou peixe, mais bolachinhas e salgadinhos de pacote, cereais matinais, barras de cereal, bebidas energéticas, entre uma infinidade de outros produtos que imitam comida, se integraram

Foto: Visualhunt.com



ao cotidiano da população e à dieta das crianças. O processo envolve pães com gordura vegetal hidrogenada, açúcar, amido, soro de leite, emulsificantes e outros aditivos e está presente em produtos anunciados como "diet" ou como "enriquecidos com vitaminas".

Além dos danos à saúde, a indústria da pseudo comida acarreta forte impacto ambiental. A escala de produção dos ultraprocessados exige grandes extensões de terra com monocultura (para matéria-prima e rações), fertilizantes sintéticos, sementes transgênicas, controle químico de pragas e doenças, criação intensiva de animais, uso de antibióticos e extraordinário consumo de água. Como esse sistema pressupõe grandes distâncias entre os centros de produção e o consumidor final, exige pesado consumo de combustíveis, de embalagens não biodegradáveis que já ameaçam o planeta e de mais gorduras que resistem à oxidação e que são ótimas para obstruir nossas artérias.

O Guia alimentar para a população brasileira, claro, entrou na alça de mira do governo Bolsonaro. Recentemente, atendendo a pedido da ministra Tereza Cristina, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) produziu nota técnica propondo "urgente revisão" no Guia, notadamente quanto à orientação para que

"sejam evitados alimentos ultraprocessados". A nota afirma que o Guia brasileiro é "um dos piores do mundo" (sic). A Associação Brasileira da Indústria de Alimentos (Abia) endossou a posição do Mapa, oferecendo uma referência para amparar a afirmação do Ministério que desqualificou o Guia. Para a associação, um estudo publicado no *British Medical Journal*, de vários pesquisadores, entre eles Marco Springmann (Oxford) e Anna Herforth, (Harvard), teria situado o Guia brasileiro em 86º lugar em uma lista de 97 documentos similares em todo o mundo. Na verdade, o artigo fez uma classificação a respeito de recomendações quantitativas de produtos alimentares, o que não foi objeto do Guia brasileiro. A manipulação da referência fez com que os Springmann e Herforth lançassem uma nota manifestando sua indignação com a postura da Abia.

Poderosos interesses econômicos sempre tiveram muita influência política e os governantes no Brasil sempre foram especialmente sensíveis às necessidades dos mais ricos. O que mudou, agora, no governo federal, é que as empresas não pressionam mais, elas governam por seus prepostos. A rigor, não temos ministros, mas representantes das grandes empresas. Cada um com uma "boiada" para passar...

# A Feira do Livro dentro de um link

por Flávio Ilha

Depois de 65 anos ocupando a Praça da Alfândega num dos pontos mais centrais de Porto Alegre, a *Feira do Livro* também se rendeu ao bichinho microscópico que botou o mundo de joelhos e terá toda a edição de 2020 realizada de forma virtual, sem público, sem bancas, sem autógrafos, sem conversas à sombra dos jacarandás, até sem os pequenos furtos que a tornaram conhecida em toda a América Latina. Com previsão de iniciar no próximo dia 30 de outubro, a 66ª *Feira do Livro de Porto Alegre* caberá toda num link: [www.feiradolivro-poa.com.br](http://www.feiradolivro-poa.com.br).

"Até pensávamos, quando foi declarada a pandemia, em março, que pelo menos uma versão híbrida poderíamos realizar, com as bancas na praça e eventos literários de modo remoto. Mas já em maio, com o agravamento da situação, percebemos que não seria possível, então partimos para uma solução radical de realizar toda a Feira *on-line*. Assim já ficamos prontos para o futuro", conta o presidente da Câmara Rio-grandense do Livro (CRL), que realiza o evento, Isatir Filho.

Prontos para o futuro significa, neste momento, uma coisa essencial: tecnologia. E não foi fácil, como relata o dirigente da CRL, integrar os associados a esse novo modelo de relacionamento com o público, com os autores, com as editoras, com o mercado. "Muitos livreiros ainda não se sentem seguros com os desafios do mundo virtual, principalmente em relação às vendas, e abriram mão de participar", revela Isatir. A Feira terá uma vitrine virtual, onde cada livraria ou editora poderá mostrar dez títulos de sua escolha. A comercialização será direcionada para o e-commerce de cada associado.

Com o modelo virtual, a Feira acabou encolhendo: das mais de cem bancas que normalmente ocupavam a praça e seus arredores, a 66ª edição terá 57 expositores. A programação de saraus, oficinas, debates estará 60% menor, especialmente nas agendas que envolvem escolas. O custo, naturalmente, também despencou, caindo dos R\$ 2 milhões para cerca de R\$ 700 mil. Os autógrafos, que reuniam leitores e autores num grande pavilhão central, simplesmente desapareceram. "Estamos sugerindo que as editoras comercializem seus livros já autografados. Mas isso, é claro, depende de logística, da disponibilidade dos autores. Sabemos que não será possível em todos os casos", complementa.

Arte+



Mesmo encolhendo, o presidente da CRL acredita que a Feira terá maior alcance que na edição presencial justamente pela possibilidade de ser acessada remotamente por mais gente – gente que, no mundo real, não teria condições de sair de uma cidade do interior ou da periferia da capital para acompanhar a programação no Centro de Porto Alegre. A programação, aliás, continua rica: a abertura, às 19h30 do dia 30 de outubro, terá uma *live* da escritora chilena Isabel Allende. Também haverá homenagens ao poeta Oliveira Silveira e ao ficcionista Sérgio Faraco, além de eventos com Conceição Evaristo, Ailton Krenak, Rosa Montero, James Green, Mariana Enriquez.

“Fizemos uma lista de autores

que nunca vieram à Feira e que o modo *on-line* poderia facilitar, já que não teríamos questões de logística a resolver. A Isabel Allende aceitou logo que recebeu o convite. O ex-marido dela, Willie Gordon, veio à Feira quando ainda eram casados e ela lembra que Gordon falou muito sobre a cidade e a feira no meio da praça, entre as árvores”, relata a curadora da programação geral, Lu Thomé. Para montar a programação, em um período de dois meses e meio, ela teve ajuda da experiente produtora Sandra La Porta.

Antes da programação oficial, porém, haverá três sessões de “aquecimento” para a Feira virtual, nos dias 13, 20 e 27 de outubro. Ou, como diz Isatir, de teste, já que o suporte tecnológico pre-



Foto: Diego Lopes/Divulgação

Diferente das anteriores, a 66ª edição, no ano da pandemia, será virtual

cisa ter capacidade para suportar milhares de pessoas ao mesmo tempo na plataforma. “O *on-line* facilita a troca de ideias. É um modelo que vai seguir, especialmente depois de 2020. Cada vez mais nas nossas vidas e nos nossos

trabalhos. A Feira já estuda, para os próximos anos, um modelo de evento híbrido, que volte a privilegiar o presencial mas que não deixe de lado as conquistas que estamos alcançando com o digital”, completa a curadora.

## Pauta identitária influenciou na escolha do patrono

Carioca de nascimento e há 30 anos radicado no Rio Grande do Sul, o escritor e professor Jeferson Tenório (foto à página 24, na estante) será o patrono da 66ª *Feira do Livro de Porto Alegre*. Escolhido por unanimidade entre os associados da CRL, num formato de eleição diferente do usual, Tenório é autor de três livros: *O beijo na parede* (Sulina, 2013), *Estela sem Deus* (Zouk, 2018) e *O avesso da pele* (Cia das Letras, 2020). O patrono conversou com a reportagem de *Extra Classe* sobre sua escolha:

**Recebeu com surpresa essa indicação para patrono?**

De fato foi uma surpresa em função do perfil dos ex-patronos: autores brancos, mais velhos e com uma obra extensa. Embora frequente a feira há mais de 20 anos, jamais passou pela minha cabeça ser indicado a patrono algum dia. Acho que a mudança dos

critérios também dialogam com as demandas do nosso tempo, assim como a entrada de uma curadoria, regida pela Lu Thomé, marca o início de uma mudança de paradigma e que me parece histórica para a Feira. Ser o primeiro patrono negro em 66 edições talvez revele que o estado, como um todo, precise pensar e rever quanto às demandas de uma população negra invisibilizada por muitos anos, em vários aspectos.

**Quais atividades deverá ter um patrono em tempos de feira virtual?**

Com a feira neste formato, perde-se o contato presencial, os apertos de mão, os abraços e todos aqueles encontros significativos das relações humanas. Por outro lado, ganha-se na possibilidade de interação *on-line* nas redes. Tenho interagido com muitos leitores e frequentadores da *Feira do*

*Livro*, e isso tem sido muito gratificante. Durante a feira participarei de algumas mesas de discussões *on-line* e as interações poderão ocorrer nos *chats* e comentários da plataforma.

**Você é professor, além de escritor. Como avalia o ensino da literatura nas escolas, especialmente na rede pública?**

Bem, estou afastado do ensino público há quase dez anos. No entanto, percebo, através de amigos e colegas que estão na linha de frente da escola pública, que existem projetos e professores fazendo trabalhos incríveis com a literatura. No entanto, esses projetos não dão conta da dimensão do ensino dentro de uma escala regional e nacional. Ou seja, as boas iniciativas esbarram no descaço do poder público e na falta de um planejamento que possa atender as escolas no que se refe-

re ao acesso ao livro, por exemplo.

**Você fez o percurso desejado por muitos escritores: começou em editoras locais, foi adotado em escolas, passou a ser publicado em uma grande companhia, virou best-seller. Sobre tempo para escrever?**

Bem, minha profissão de professor sempre deixou meu tempo escasso, toda aquela rotina de corrigir provas, trabalhos e preparar aulas me deram uma certa disciplina para escrever nos poucos espaços de tempo livres. No entanto, com essa visibilidade que o livro atingiu, tenho encontrado mais dificuldades para escrever, houve um aumento de demandas para feiras, eventos, entrevistas e pedidos de textos para jornais, mas procuro estabelecer prioridades e respeitar os prazos, assim consigo encontrar algumas poucas horas para a escrita.

Direitos, convênios e principais serviços do Sinpro/RS

# Vai no App que têm!

Baixe o aplicativo do Sinpro/RS. É rápido, prático e cheio de vantagens.

GET IT ON Google Play

Download on the App Store



FRAGA

## Aglomerígenas

Assim como a Ufologia classifica os níveis de encontros imediatos entre seres humanos e alienígenas, a Fragalogia ordena a proximidade entre pessoas e aglomerígenas. A seguir, os impactos dos graus de contato com idiotígenas, imbecilígenas, estupidígenas e outros exemplares de vida não inteligente ao redor.

**Aglomerização de 10º grau:** mídia. É quando se toma conhecimento dos aglomerados à distância. Por fotos, vídeos e notícias se constata a ameaça: multidões nas ruas, no comércio, em lugares públicos. Mesmo de longe é de apavorar: são centenas, milhares, milhões.

**Aglomerização de 9º grau:** vista da janela. É a prova mais real de que estamos cercados de aglomerígenas. As visões diárias confirmam: a cada dia aumentam. E lá de embaixo já miram você no seu andar.

**Aglomerização de 8º grau:** olho mágico. As evidências do lado de fora da sua porta assustam: sons, ruídos, falas. Você segura a respiração, espia e vê figuras amontoadas na área comum, saindo ou entrando nos seus apês. Parecem vizinhos, mas a ausência de máscara indica: aglomerígenas!

**Aglomerização de 7º grau:** elevador. Quem necessita de saída eventual começa a correr riscos logo ao descer ou subir. O típico alienígena, embora com máscara, vai querer entrar no mesmo elevador que você. Para sobreviver ao risco, basta ceder a vez.

**Aglomerização de 6º grau:** calçada. Na rua, as chances de contato são temíveis: circular a pé exige reconhecer os diferentes pedestrígenas. Com ou sem máscara, vêm direto na sua direção. Esbarrões e espirros, tosse e perdigotos são seus meios de contágio. Desviar é viver.

**Aglomerização de 5º grau:** mercadinhos, farmácias, academias, salão de beleza, agências bancárias etc. É inevitável entrar num ninho de aglomerígenas. No mix de clientes, se identifica os monstros: não respeitam o distanciamento, encostam uns nos outros. Isole-se.

**Aglomerização de 4º grau:** shoppings, supermercados, restaurantes, transporte público etc. Quanto mais cheio, pior o perigo. Pro consumismo existe vacina: uma dose

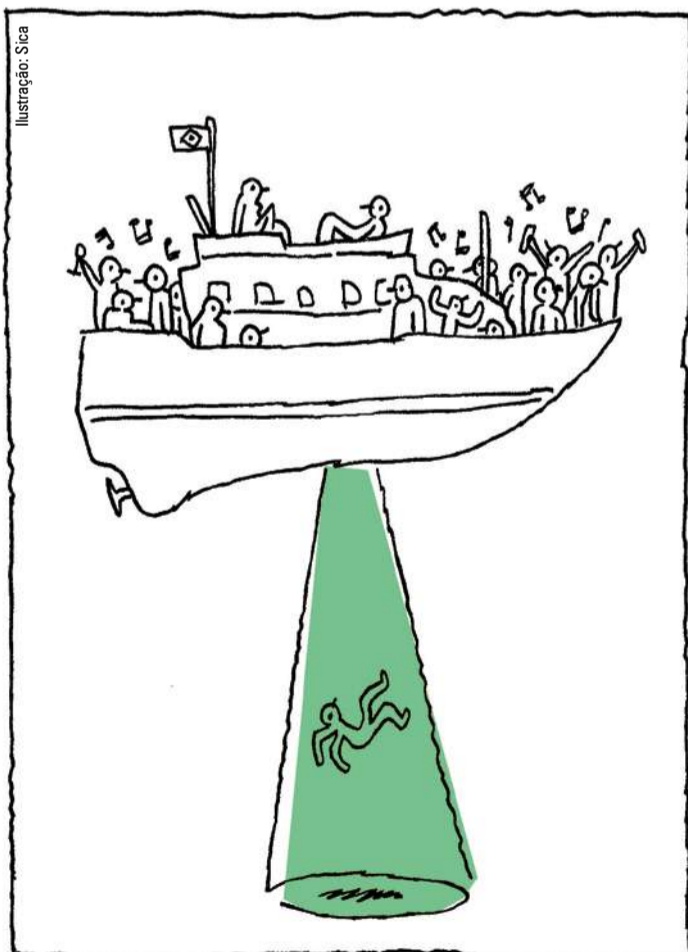
de força de vontade. Pro aglomerígena só existe o negacionismo.

**Aglomerização de 3º grau:** praias e parques lotados, salas de aulas. Quem se mete nessas circunstâncias já foi abduzido.

**Aglomerização de 2º grau:** festas de aniversário, baladas, ajuntamentos junto a bares, sexo com desconhecidos. Em ambientes assim, a morte não manda recado: entrega pessoalmente.

**Aglomerização de 1º grau:** suruba com estranhos. Roleta-russa com tambor cheio. E ao sair dali, cada aglomerígena vai continuar atirando por dias e dias em desavisados.

Com ou sem pandemia, sensatos são os ermitões.



PROGRAMAÇÃO  
ECARTA

Confira a agenda cultural completa em [ecarta.org.br](http://ecarta.org.br).

## SHOWS VIRTUAIS

Ao vivo pelo Youtube | 18h

17/10 – Dueto Mari Kerber & Ale Ravello.



Foto: Malcom Hinrichsen

## ARTES VISUAIS

Porto Alegre

Até 18/10 – Visitação à mostra **Artistas de rua na Ecarta**. Visitação de terça a domingo, das 10h às 17h, mediante agendamento prévio pelo telefone 4009-2970.



Foto: Igor Sperotto



**Lives A diversidade na arte contemporânea**

1º/10 – Comitê curatorial da Galeria Ecarta

29/10 – Mel Ferrari

26/11 – Diego Groisman

17/12 – Chico Soll

28/01/21 – Diego Hass

## CAMPANHA

A Ecarta busca arrecadar R\$ 10 mil para auxiliar músicos que precisam de ajuda financeira para seus projetos devido à pandemia. Para contribuir, basta acessar o QR Code ou o site da campanha [www.vakinha.com.br/vaquinha/projeto-ecarta-musical-solidario](http://www.vakinha.com.br/vaquinha/projeto-ecarta-musical-solidario).





VERISSIMO

# Estranhos frutos

*A grande novidade das atuais manifestações antirracistas nos Estados Unidos é a participação de jovens brancos, que resolveram se envolver*

**B**illie Holiday não podia cantar *Strange Fruit* (Estranho fruto) quando e onde quisesse. Muitas vezes a permissão para cantar a canção dependia de uma negociação com o dono do bar ou o promotor do evento, preocupados com a reação do público, na sua maioria branco. A gravadora Columbia, da qual Billie era contratada, recusou-se a gravar *Strange Fruit*. Billie teve que recorrer a uma gravadora menor e, em 1939, lançou a incômoda canção junto com um certo Lewis Allan, pseudônimo de um professor judeu do Bronx chamado Abel Meeropol, autor do poema musicado por Billie, sobre quem se sabe muito pouco. Meeropol e a mulher adotaram os filhos de Julius e Ethel Rosenberg, executados nos Estados Unidos por espionagem.

O poema de Meeropol que Billie transformou em letra foi em reação ao linchamento de dois afro-americanos no Sul dos Estados Unidos, caçados e enforcados por nenhuma outra razão além da cor da sua pele. Há uma foto dos dois corpos pendendo, como estranhos frutos, do galho de um álamo, cercados por uma multidão de brancos com uma coisa em comum: todos sorriem de satisfação pelo que acabam de fazer.

Apesar do sucesso do disco, a ameaça de represália ou protestos onde a canção fosse apresentada continuou. Um lugar onde se podia ver e ouvir Billie Holiday cantando *Strange Fruit* ao vivo sem problemas era o *Café Society*, não por acaso a primeira boate integrada de Nova



York, numa época em que, por exemplo, o *Cotton Club* apresentava os melhores artistas afro-americanos para uma plateia segregada, e afro-americanos só entravam para trabalhar na cozinha.

Linchamentos eram comuns no Sul do país. Enquanto o Sul fornecia exemplos repetidos de selvageria racista, o resto do país vivia uma contradição que o estranho sucesso de *Strange Fruit* tipificou, a de um racismo que não se reconhecia, que amava Billie Holiday, lamentava a selvageria, admirava o poema, mas não se envolvia. A grande novidade das atuais manifestações antirracistas nos Estados Unidos é a participação de jovens brancos, que resolveram se envolver.

RATO FALHO / RAFAEL CORRÊA



RANGO / EDGAR VASQUES



O ano da pandemia  
que parou o mundo  
não parou quem está  
na linha de frente para ensinar

15 de outubro  
Parabéns a todas as professoras e professores



**SINPRO/RS**  
*Sindicato Cidadão*